

- Volume 1
- Número 1

julho a dezembro de 2022

Revista Científica da FAFIPE - FUNEPE RECIFF

REVISTA CIENTÍFICA DA FAFIPE- FUNEPE – RECIFE

Editora Chefe

Profa. Dra. Fabiana Ortiz Tanoue de Mello

Corpo Editorial

Prof. Me. Cledivaldo Aparecido Donzelli

Prof. Dr. Clayrmen Candido Peron

Profa. Dra. Fernanda Furio Crivellaro

Prof. Dr. João Luís Cardoso de Moraes

Prof. Dr. Lucas Agostini

Prof. Me. Marcelo Ricardo Martelo

Prof. Esp. Otávio de Oliveira Ornellas

Profa. Dra. Rachel Tonhati

Prof. Me. Renato Costenaro

Profa. Ma. Sabrina Ramires Sakamoto

Profa. Dra. Sandra Elena Spósito

Profa. Dra. Silvia Cristina de Souza

Prof. Me. Pedro Luis Menti Sanchez

Prof. Dr. Rafael Bottaro Gelaleti

Prof. Me. Wesley Piante Chotolli

SUMÁRIO

A LOUCURA INFANTIL NA VISÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ASILAR KARDECISTA (1935-1945).....	3
Carlos Eduardo Marotta Peters	
A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	18
Fernanda Furio Crivellaro; Emanuelle Cristini Paulo Santos; Douglas Vinícius Coelho da Silva Guedes; Cleber Aparecido Gomes	
O CASO DA BOATE KISS: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE? A JUSTIÇA E A TÉCNICA LEGISLATIVA	46
Maria Beatriz de Almeida; Raphael Hernandes Parra Filho	
A ENFERMAGEM E OS CUIDADOS NA DOENÇA HIPERTENSIVA NA GRAVIDEZ.....	64
Giseli da Silva Toquetto Gomes; Elen Cristiane Doná de Oliveira; Keny Gonçalves Tirapeli; Sabrina Ramires Sakamoto	

A LOUCURA INFANTIL NA VISÃO DE UMA INSTITUIÇÃO ASILAR KARDECISTA (1935-1945)

Carlos Eduardo Marotta PETERS¹

RESUMO

Este artigo analisa as leituras e representações da loucura infantil em uma instituição kardecista de Penápolis. Busca compreender seu cotidiano e reconstruir seus discursos e procedimentos. O *Asilo Espírita “Discípulos de Jesus”* atuou entre 1935 e 1945, sendo parte das estratégias de legitimação do espiritismo local, inseridas num contexto maior de embates com outras religiões e com o saber médico, que buscava monopolizar o discurso acerca da loucura.

Palavras-chave: Espiritismo; Loucura; Infância

ABSTRACT

This work analyzes the representations of childhood madness in a spiritist institution of Penápolis. We seek to penetrate into the institution daily life and reconstruct its discourses and practices. The Asylum operated between 1935-45 as part of the movement of legitimation of the local spiritist movement. Such strategies were part of a larger struggle against other religions and medical knowledge and sought to monopolize the discourse about madness.

Keywords: Spiritism; Madness; Childhood.

1. INTRODUÇÃO

A história renovou seus métodos, fontes e abordagens desde o surgimento da Escola dos Annales na década de 1930. Novos objetos passaram para a área de interesse do historiador desde então. A doença é uma desses objetos, sendo

¹ Doutor em História Social pela UNESP/Assis. Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE), mantida pela Fundação Educacional de Penápolis (FUNEPE). E-mail: carlos.peters@funepe.edu.br .

analisada principalmente no campo da História Cultural. Em trabalhos culturalistas, a doença é colocada no universo da cultura, não sendo vista apenas como objeto pertinente à biologia ou à medicina. Na dissertação *Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar* (PETERS, 2000), por exemplo, foram analisadas as relações entre espiritismo e saber médico nas primeiras décadas do século XX, objetivando compreender de que maneira um asilo espírita produziu discursos sobre a loucura e criou práticas de tratamento. O trabalho também se debruçou sobre os embates travados entre os líderes espíritas e médicos licenciados, num momento em que a medicalização da sociedade brasileira caminhava a passos largos. Este artigo segue os caminhos metodológicos abertos pela referida dissertação. Nele, analisamos o *Asilo Espírita “Discípulos de Jesus”*, criado em 1935 em Penápolis, cidade do Oeste paulista. Analisamos as representações da loucura e as práticas curativas desenvolvidas pela instituição, que esteve em funcionamento por dez anos. Em seu período de atividade, teve poucos problemas com as autoridades médicas e com o poder público, apesar de lidar com a loucura, tema então quase totalmente absorvido pelo saber psiquiátrico.

O que buscamos nesse trabalho é entender como a loucura infantil era representada no interior da instituição e que tipos de tratamentos eram utilizados em crianças diagnosticadas como loucas. Para isso, utilizaremos os prontuários do asilo.

2. ESPIRITISMO E PSIQUIATRIA: EMBATES DISCURSIVOS ACERCA DA LOUCURA

Espiritismo e alienismo (antigo nome da psiquiatria), cada um à sua maneira, minimizou (e até eliminou) os aspectos históricos (sociais, culturais, políticos e econômicos) da loucura. O espiritismo, religião evolucionista, surgida no século XIX sob forte influência do positivismo, darwinismo e outros discursos científicos e filosóficos, criou um discurso que naturalizou a loucura, colocando-a numa cosmovisão marcada pela ideia de reencarnação evolucionista. O alienismo

objetivou, desde sua origem, patologizar comportamentos. Seguindo as prescrições de Michel Foucault (1995), o que deve ser analisado é em que momento a loucura foi produzida pelo discurso médico. Tal análise seria capaz de descobrir por que determinados comportamentos passaram a ser lidos como desviantes.

O século XIX foi, em vários sentidos, o século da burguesia. Ainda que sua luta contra nobreza fosse árdua (os defensores da monarquia tentaram barrar o avanço do ideário liberal burguês em vários momentos), o século em questão pode ser chamado de *século burguês*. A família nuclear se tornou o modelo natural de família nesse século. O hospício, local de exclusão de indivíduos considerados loucos, se tornou uma espécie de espaço de correção de famílias disfuncionais. No interior dos hospícios, o louco deveria ser reeducado, normalizado, disciplinado. O que se objetivava em tais instituições era normalizar condutas de acordo com aquele modelo familiar.

O tratamento da loucura possuía uma essência moral. O que era de fato avaliado nos casos de loucura era a capacidade para a inserção no universo do trabalho e no matrimônio. As representações e práticas da psiquiatria embrionária não podem ser tidas como produções de teor unicamente científico. Visavam, em muitos momentos, servir de suporte para intervenções políticas. O século XIX foi o século da discussão e do ordenamento da sociedade e a psiquiatria deu, para isso, sua contribuição (FOUCAULT, 1995).

Na segunda metade do referido século, o discurso psiquiátrico se refinou. A loucura deixou de ser vista apenas como uma patologia furiosa e visível, tornando-se insidiosas e difícil de ser detectada por não iniciados, o que serviu para aumentar a crença na capacidade dos especialistas (CUNHA, 1986, p. 25). Tal reviravolta teve como principal discurso a teoria da degenerescência criada por Bénédict Morel. A degeneração foi vista como hereditariamente transmitida. A nova teoria aumentou e popularizou a periculosidade do degenerado. O degenerado começou a ser visto como alguém mais perigoso do que o louco furioso de outrora, já que poderia aparentar normalidade. Em tal discurso, grupos marginalizados foram vistos como enfermos e potencialmente contagiosos.

A concepção de degenerescência surgiu num momento em que se criavam novas leituras do espaço urbano, que preocupara as autoridades desde o século XVIII. Segundo as novas leituras, a cidade seria local de atração de portadores de degeneração e facilitaria a disseminação da doença por causa da insalubridade de seus espaços. Assim, o tratamento loucura foi estendido aos espaços tidos como locais potencialmente iniciais de degeneração. A polícia, em tal contexto, adquiriu nova função, assim como os agentes de saúde e reformadores sociais. Foram intensificadas as ações de *higienizar* e normalizar a sociedade e sua célula fundamental, a família (CUNHA, 1986, p. 25-6).

No contexto brasileiro, a inserção do saber psiquiátrico e a medicalização da sociedade aconteceu na virada para o século XX. De olho no modelo europeu, os grupos dirigentes e intelectuais da área de saúde passaram a preconizar medidas radicais. Visava-se, principalmente, manter sob controle escravos alforriados, imigrantes e pessoas em situação de pobreza. O objetivo seria inibir o crescimento do número de *degenerados*. A medicina foi usada em tal projeto. Em tal contexto, foi comum o conflito entre agentes da medicina dita científica e aqueles que se dedicavam a práticas curativas tradicionais, de origem popular. O imperialismo da medicina no campo da saúde forçou a construção de uma legislação cada vez mais restritiva acerca do ofício de curar (WEBER, 1999).

O espiritismo brasileiro, também chamado de kardecismo, nasceu no final do século XIX. Seus adeptos fundaram instituições com o objetivo de tratar pessoas tidas como loucas. A base doutrinária para a atuação dessas instituições foi a ideia de caridade, considerada fundamental para a evolução espiritual de seus seguidores. As instituições espíritas atuarem, quando possível, fazendo parcerias em acordos com as autoridades públicas. Elas criaram representações da loucura e desenvolveram suas próprias práticas de cura, que eram diferentes daquelas nascidas no universo da psiquiatria. Esse tipo de atuação gerou reações da comunidade médica. Campanhas foram gestadas pelos médicos diplomados para a eliminação dos asilos espíritas e do próprio espiritismo. Tais campanhas quase sempre associavam capacidades mediúnicas e loucura (ALMEIDA, 2007).

A despeito de tal conflito, que colocou diversas práticas religiosas no Código Penal (sob o título de curandeirismo), também houve momentos de aproximação entre os espíritas, autoridades públicas e médicos. Alguns médicos atuaram literalmente em dois mundos discursivos e práticos, recomendando formas de tratamento espíritas ou apenas aceitando a existência de tais tratamentos alternativos.

A religião espírita (que também se diz científica) chegou ao território brasileiro como mais uma novidade vinda da França, país que era a grande referência cultural da elite letrada brasileira. O espiritismo penetrou nos salões e capturou a imaginação de pessoas que também foram seduzidas pelo positivismo de Augusto Comte e pelo cientificismo reinante na época. Allan Kardec é visto pelos espíritas como aquele que decodificou as mensagens dos espíritos, gerando o espiritismo moderno. No que se refere à questão da loucura, Kardec produziu um discurso sobre ela em seu *Livro dos espíritos*. De acordo com ele, as várias manifestações da loucura poderiam ser causadas por elementos orgânicos e sociais, assim como afirmavam os médicos. Em sua leitura, contudo, a enfermidade deveria ser entendida como essencialmente espiritual. Ela resultaria de obsessões, que seriam ações persistentes de um espírito mau desencarnado sobre um encarnado (KARDEC, 1992, p. 304). Tal concepção serviu de inspiração para que os espíritas do Brasil fundassem asilos para que pudessem tratar espiritualmente os loucos.

3. A CRIANÇA NA MODERNIDADE

Desde a publicação de *História Social da Família e da Criança*, obra pioneira escrita pelo historiador dileitante Philippe Ariès (1981), que os historiadores consideram que a infância, vista como uma etapa específica da vida, foi uma invenção da Idade Moderna. Ainda que Ariès tenha ignorado as reflexões antropológicas acerca das *etapas da vida*, que mostram como diversas sociedades estabeleceram características próprias e prescrições comportamentais para aquilo que chamamos de infância, a obra do historiador francês é importante por ter

permitido enxergar a concepção ocidental e moderna de infância como diferente, em essência, daquelas criadas por outros povos e por outras épocas.

Boa parte do que é pensado e sentido sobre a infância decorre da produção intelectual e das práticas de moralistas, religiosos, filósofos, médicos, filantropos e intelectuais de diversas correntes teóricas dos últimos três séculos. Rousseau, apesar de não ter sido o primeiro, certamente faz parte desse processo de construção da imagem da criança moderna, com sua concepção de infância como fase de certa pureza original, ainda intocada pelos males de uma sociedade corrupta e corruptora. Em sua obra *Emílio, ou Da educação* (1773), o filósofo do século XVIII tenta explicar como o indivíduo pode conservar sua bondade natural enquanto se insere numa sociedade corrupta e devoradora. Nessa busca, Rousseau constrói um sistema educativo que permitiria, se seguido adequadamente, que o *homem natural* conviva com a sociedade corruptora. A história contada por Rousseau é romanceada, e se debruça sobre o personagem Emílio (e seu tutor), para ilustrar a educação de um cidadão ideal. Apesar de não ser exatamente um guia sobre educação, é assim que a obra de Rousseau é lida na contemporaneidade, já que inclui conselhos sobre como educar crianças sem destruir sua natureza original (que o filósofo considera em essência pura e boa). Por esse motivo, *Emílio* é considerado o primeiro tratado sobre educação do mundo moderno ocidental.

A influência de Rousseau foi imensa e chegou até mesmo ao espiritismo kardecista (Alan Kardec foi influenciado por Pestalozzi, que absorveu muito das concepções de Rousseau). Pestalozzi, nas obras *Minhas indagações sobre a marcha da natureza no desenvolvimento da espécie humana* e *Cartas sobre a educação infantil* afirmará que o homem no estado de natureza é filho puro do instinto, que o conduz ao gozo simples e inocente dos sentidos (INCONTRI, 1997). O teor religioso das concepções de Rousseau e de seus seguidores é evidente. Sabemos que o cristianismo, e antes dele o estoicismo, ajudou a construir uma representação de infância que se opôs diretamente àquelas atribuídas aos romanos.

4. LOUCURA INFANTIL NO ASILO ESPÍRITA “DISCÍPULOS DE JESUS”

A instituição analisada neste artigo, o *Asilo Espírita “Discípulos de Jesus”* começou a atuar 1935. Foi criada por espíritas ligados ao *Centro Espírita “Discípulos de Jesus”* de Penápolis (cidade situada no Oeste paulista). A ação da instituição foi baseada num arranjo doutrinário que misturou as obras de Kardec com representações advindas do saber psiquiátrico. Tal *hibridização* de saberes não é incomum. Os espíritas locais articularam o *vocabulário* disponível no período para fundamentar seus discursos e práticas. No que se refere às práticas curativas, usaram referenciais da doutrina kardecista e exemplos tirados de outras instituições, como o Juquery.

As leituras da loucura e as práticas curativas da instituição podem ser apreendidas na análise de seus prontuários. As formas de tratamento eram variadas, mas havia um padrão. Além de uma escala de loucura, que estabelecia a instalação dos doentes em alas diferentes, também se estabelecia uma divisão básica, a loucura masculina e a loucura feminina. A loucura masculina tinha como principal implicação a incapacitação dos pacientes para o trabalho. O tratamento, por consequência, era voltado para a laborterapia, além das curas espirituais. Já a loucura feminina incapacitaria a mulher para o desempenho de seu papel doméstico, como filha, esposa e mãe. O tratamento, para as mulheres, era voltado para o desenvolvimento (ou recuperação) das capacidades afetivas.

Observando como as trajetórias dos internos possuem padrões que se repetem, é possível entender as diferentes características atribuídas à loucura na instituição. Muitas instituições do período assumiam a função de ordenar a sociedade. O objetivo era diminuir conflitos e contribuir para a construção da nação, que deveria ser harmoniosa para progredir. Tal harmonia social era defendida pela ditadura do Estado Novo, por exemplo, que durou de 1937 a 1945. A atuação do asilo espírita não pode ser compreendida fora desse contexto. A doutrina kardecista, um dos fundamentos da instituição, era fundamentada na ideia de progresso e a evolução espiritual dos indivíduos dependeria do bom desempenho dos papéis sociais assumidos em cada encarnação. A moral religiosa do espiritismo se adequava aos projetos de ordenamento social do período.

As formas de tratamento do asilo tinham como base a ideia de cura espiritual. Tal tipo de intervenção chegou a ser inserida no Código Penal da época como prática de curandeirismo. A rotina de funcionamento da instituição era semelhante à do hospício do Juquery. É provável que algum membro do movimento espírita penapolense tenha visitado esse hospício quando da criação do projeto do asilo. Um dos elementos que assemelha as duas instituições é a configuração dos aposentos. Nas duas instituições, a semelhança entre os aposentos tinha a função de negar a individualidade e a privacidade dos internos. Os espaços de internação eram despersonalizados. Além do isolamento total, os internos eram constantemente vigiados (CUNHA, 1986, p. 83).

Na instituição espírita, a acomodação dos ingressantes obedecia a uma lógica, não sendo aleatória. A forma com que os quartos e celas eram dispostos seguia uma lógica normativa. Seus habitantes tinham que cumprir estágios, gradações necessárias para sua futura reinserção na sociedade. A instituição era dividida em alas e havia severo controle do tempo. Tudo regido por certa lógica de produtividade.

De acordo com os espíritas responsáveis pelo asilo, boa parte dos casos de loucura resultaria da ação de espíritos inferiores assediadores. O efeito do assédio seria variável, já que cada interno possuiria um grau de elevação espiritual. A noção kardecista de escalas de evolução da alma era a chave explicativa para muitos tipos de loucura. A loucura teria gradações em função da existência de espíritos avançados, desconectados da vida carnal, próximos de certa iluminação, e espíritos baixos, seres cárneos, vistos como portadores de instintos animais. A manifestação da loucura em seres impuros, tidos como pouco evoluídos, seria comum. Tais seres seriam vulneráveis, facilmente assediados por espíritos maus.

Os loucos do asilo recebiam uma classificação em função de sua inserção nessa escala de evolução espiritual. Diversos comportamentos, como o consumo abusivo de álcool, certa *inadequação sexual* (desejo sexual por pessoa do mesmo sexo ou comportamento inadequado ao sexo biológico), a preguiça ociosa etc., eram tidos como sinais da presença da loucura espiritual e eram usados para classificar o interno.

Nos prontuários da instituição espírita, não encontramos provas de que o asilo tenha mantido crianças em suas dependências. Em alguns casos, elas eram levadas pelos pais ou responsáveis para passarem por algum tipo de tratamento na instituição, não sendo, contudo, internadas. Voltavam no final do dia para suas casas e reiniciavam o tratamento em outra ocasião. Apesar dessa limitação, cremos que é possível analisar as representações e formas de intervenção do asilo em caso de loucura infantil. Alguns prontuários fazem referência a essas crianças que passavam por tratamentos rápidos e outros prontuários, apesar de pertencerem a pacientes adultos, produzem discursos acerca da infância e da loucura infantil.

Em linhas gerais, a noção de infância produzida pelos espíritas da instituição pouco se distinguia daquela legada por Rousseau, já que o filósofo francês havia influenciado fortemente os intelectuais espíritas. Nesse sentido, a concepção romântica de pureza infantil é facilmente detectável nos prontuários. É o caso do prontuário de uma interna adulta chamada Raquel² (1936), que fora internada por ser, segundo o documento “*incapaz de cuidar adequadamente dos filhos*”, ou seja, não se enquadrava adequadamente no papel social e sagrado de mãe. Para poder reforçar a inaptidão da mulher, o documento discorre sobre a condição da criança na sociedade moderna e no universo espiritual:

A criança deve ser cuidada para poder desenvolver suas habilidades, coisa que a mãe não consegue fazer. Falta a seus filhos o cuidado protetor que qualquer mãe deve dar a um ser impuro.

O documento prossegue, explicando a condição infantil no universo simbólico do espiritismo:

A alma na infância pode até ser mais evoluída do que a de um adulto. Sua inteligência não se manifesta plenamente porque o organismo físico não está desenvolvido aqui. Nessa fase, a pureza é natural e deve ser preservada. A criança tem que ser tutelada pela mãe para não ser corrompida.

² Raras vezes os prontuários registram o nome completo dos pacientes. Tratava-se de uma instituição leiga e seus registros são, por isso, esporádicos e pouco sistematizados.

Argumentação semelhante, que também adapta a visão de Rousseau à doutrina espírita, pode ser vista em outros documentos da instituição, como no prontuário de Maria Emília (1937):

A paciente é incapaz de cuidar de seu filho, uma alma infantil que me pareceu bem evoluída, mas que ainda precisa esperar a maturidade do organismo físico para poder adquirir plenitude. Sua pureza a torna vulnerável e sua mãe não parece ser uma boa protetora em função da loucura espiritual que a acomete.

Mas o que os prontuários acima mencionados apresentam é uma leitura genérica da infância na cosmovisão espírita. Legítima, com base na doutrina, a leitura de Rousseau e, por consequência, de Pestalozzi e Kardec sobre a questão. E com relação à loucura infantil, que argumentos podem ser encontrados nos documentos e que tipos de cuidados são ali propostos?

É necessário dizer que a visão de loucura infantil produzida na instituição deriva dessa leitura da infância acima referida. A loucura é possível na criança principalmente porque ela é vista como pura e vulnerável, sendo dependente da mãe até adquirir maturidade. Nessa etapa vulnerável da vida, a criança poderia ser vitimada por algum espírito obsessivo, que causaria a loucura. A ação de espíritos obsessores maus seria, segundo tal leitura, a principal causa de loucura em crianças. É o que pode ser lido no prontuário de Josué de Sousa (1939), uma criança de dez anos atendida nas dependências do asilo durante quatro meses:

O espírito obsessivo ficou muito próximo do menino e começou a influenciar sua conduta dia a dia. Ele era uma criança educada e estudiosa e por causa do espírito, passou a tirar notas ruins e a desafiar a autoridade dos pais. Ficou vulnerável, talvez por causa da negligência da mãe, muito ocupada com os serviços que faz para fora.

Encontramos, no caso de Josué, a mesma culpabilização da mãe que é comum em casos de loucura feminina. A loucura seria um mal para as mulheres principalmente porque impediria o desempenho do papel social de mãe e cuidadora. Argumento semelhante, encontramos no prontuário de Orlando (1941), levado ao asilo para tratamento durante seis meses:

O menino não consegue nem se alimentar direito por causa do seu espírito obsessivo. Esse espírito descobriu a fraqueza da criança e não encontrou nenhum obstáculo para obsedá-la porque a mãe era bastante ausente por causa do trabalho como empregada doméstica.

Nos casos citados acima, o tratamento proposto pelos espíritas do asilo era a *desobsessão*, um ritual com passes e conversas para afastar o espírito obsessivo. Passe é o nome que se dá no espiritismo à imposição de mãos. Segundo os adeptos desta doutrina, objetiva gerar a doação de bioenergias de um indivíduo ao outro. As conversas serviriam para *encaminhar* o espírito, que poderia agir de forma maléfica em função da incapacidade de lidar com sua situação incorpórea. Em casos mais radicais, em que o espírito era caracterizado como maligno, o ritual propunha técnicas de expulsão. Depois de concluído o procedimento, que poderia durar várias sessões, a criança era dada como livre e, portanto, curada. A loucura não estaria ligada a algum tipo de patologia ou distúrbio orgânico, mas seria causada apenas por elementos sobrenaturais. É importante frisar que, para o kardecismo, a existência dos espíritos é algo cientificamente comprovado. Por isso, as manifestações espirituais são vistas como naturais e não sobrenaturais.

Além da presença de espíritos obsessores, outra causa de loucura infantil seria o carma. O chamado *louco cármico* era figura predominante entre os internos da instituição. Sua condição, segundo os espíritas, resultaria da expiação por ações de outras encarnações. A severidade de seus erros geraria uma demanda espiritual, um período necessário de privações, que duraria uma vida carnal inteira às vezes.

O *louco cármico* sofreria para poder superar seu estado, pagar suas faltas. Esta condição de loucura permanente, não possibilitaria que seu cuidado fosse igual ao dos outros. Os espíritas responsáveis pelo asilo acreditavam que os cuidados deveriam ser apenas de rotina, para inibir sua ação violenta e curar feridas físicas. Tal leitura está presente no trecho abaixo, tirado do prontuário um interno chamado Ademir (1944):

A loucura de expiação é para toda a vida. A pessoa expia erros. Não tem como curar seu mal; o que pode ser feito é cuidar para que o doente sofra pouco com sua condição. Um espírito em estado de expiação tem uma

missão no planeta. Só cumprindo a missão ele evolui. Não adianta a intervenção de qualquer entidade terrena para melhorar sua condição. Esse é o sentido e a finalidade das almas segundo a vontade de Deus. Esse é o objetivo da evolução.

Assim, ao *louco* nesse estado não havia possibilidades de mudança em sua condição. No asilo, permaneciam o tempo todo depositados nos quartos da ala 3, local mais fechado da instituição, amarrados e, às vezes, amordaçados, até que seus parentes decidissem dar-lhes outro destino. Um grande número deles lá permanecia por meses a fio, fato comum durante os anos de 1935 e 1936, período de crise econômica na região, quando as famílias, na maioria dos casos, passavam por graves problemas financeiros, não podendo arcar com as despesas que uma pessoa em tal condição gerava. Outras vezes, quando provinham de famílias mais abastadas, os internos permaneciam no asilo como *mensalistas*, internos pagantes. O incômodo de ter um louco em casa e o preconceito existente quanto ao caráter genético da loucura sustentavam tais atitudes.

No caso das crianças, não encontramos nenhum caso de internação de um *louco cármico*. Contudo, são vários os casos de crianças diagnosticadas com esse mal que passaram pelas dependências da instituição para tratamentos periódicos, que serviriam, segundo os espíritas, para aliviar seu sofrimento e facilitar a ação de seus pais.

O que é possível apreender da leitura de seus prontuários é que a *loucura cármica* infantil seria responsável pela quase total incapacidade da criança de interagir com adultos e com outras crianças. Ou, em alguns casos, seria responsável por um “*grau elevado de inabilidade social*”, ou até mesmo “*incapacidade de cuidar do próprio corpo*”. Não é possível, a partir dos dados obtidos nos prontuários, precisar que tipo de patologia (se havia alguma de fato) acometia tais crianças. É provável que o espectro da *loucura cármica* abrangesse desde simples casos de má conduta (repetida constantemente) até casos de crianças com Síndrome de Down ou crianças que seriam inseridas atualmente no universo do Transtorno do Espectro Autista.

O tratamento para tais casos seria, como muitas vezes é dito nos prontuários, de *contenção paliativa*. Isso significa que os passes e trabalhos

espirituais serviriam para apaziguar comportamentos mais violentos dos *cármicos*, bem como para *potencializar* suas habilidades. É o que pode ser visto no prontuário de Júlio (1944), que passou pelas dependências da instituição quatro vezes em 1944:

O menino é um *louco cármico* severo. Mas é amoroso com sua família e vizinhos. Como carrega um carma pesado de suas vidas anteriores, precisa ser encaminhado a desenvolver certas habilidades. O trabalho feito com ele focou em suas características positivas e tentou evitar que ele se entregasse a qualquer tipo de raiva.

Em outro caso, o da menina Aline (1939), a *loucura cármica* seria mais intensa, demandando formas de contenção mais duras durante as sessões.

Ela é uma *cármica furiosa*, próxima da animalidade. O tratamento dela visa evitar que tenha surtos de fúria violenta. É uma preparação para encarnações futuras, já que seu espírito ainda vai demorar algum tempo para evoluir. Diminuir a fúria e facilitar o trabalho dos seus pais é fundamental nesse momento.

São muitos os casos de *loucos cármicos* infantis encontrados nos prontuários. Em todos eles, a incapacidade (ou dificuldade) de conviver com outras pessoas e a inabilidade para a vida produtiva aparecem como índices para determinar a severidade da loucura e a terapêutica.

Em dois casos de loucura infantil, o problema *cármico* foi detectado na sexualidade. Meninas com comportamentos *masculinos*, ou meninos com comportamentos *femininos* eram considerados anormais pela psiquiatria da época e também pelo espiritismo. A anormalidade desses casos era justificada em função da divisão estanque de capacidades para mulheres e homens. Reencarnar como homem serviria, nessa cosmovisão, para desenvolver capacidades *masculinas* como a razão e a responsabilidade na esfera pública, enquanto que a reencarnação como mulher serviria para desenvolver as emoções e as habilidades ligadas à domesticidade. Uma criança do sexo feminino ou masculino com comportamento *inadequado* para seu sexo biológico teria dificuldade para desenvolver suas

capacidades, sendo sua condição passível de ser corrigida com trabalhos espirituais.

Esse é o caso da menina Luísa, que passou por tratamento na instituição em 1937. Segundo o prontuário:

Ela é incapaz de sentir as coisas que uma menina deveria sentir, sentindo-se muito mais feliz quando brinca com os meninos e veste suas roupas. A mãe tem grande dificuldade em fazer com que ela brinque com bonecas, o que é importante para desenvolver a maternidade, ou se interessar pelo cuidado da aparência.

Foram poucos os casos de crianças tratadas na instituição por causa de tais comportamentos. A sexualidade *desviante* foi mais comum em internos adultos. Mas uma discussão sobre eles foge ao escopo deste artigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O asilo espírita de Penápolis fundamentou sua ação em discursos sacralizados sobre a loucura. Apesar disso, e pela incorporação de procedimentos oriundos de instituições como o *Hospício do Juquery*, pôde atuar como instituição disciplinar capaz de *corrigir desvios sociais*, o que facilitou sua aceitação pelas autoridades e até mesmo por parte da comunidade médica local. A leitura de sociedade normal gerada pela instituição possuía semelhanças com aquelas defendidas por outros grupos da sociedade da época. O asilo foi aceito porque oferecia uma opção para os poderes públicos, em função da indisponibilidade de vagas nas instituições médicas. A leitura da loucura infantil nas dependências do asilo, apesar de conter um base doutrinária espírita, não entrou em conflito com a leitura de infância sadia dominante na época.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angélica Aparecida Silva de. **Uma fábrica de loucos**: psiquiatria x espiritismo no Brasil. 2007. 232 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FOUCAULT, M. **A história da loucura na Idade Clássica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

INCONTRI, Dora. **Pestalozzi**: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1997.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. Rio de Janeiro: FEB, 1992.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. **Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis**: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar (1935-1945). 2000. 143 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis - SP.

PRONTUÁRIOS do Asilo Espírita “Discípulos de Jesus”. Penápolis, 1935-1945.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928). Santa Maria: Editora da UFSM, Bauru: EDUSC, 1999.

A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Fernanda Furio CRIVELLARO¹

Emanuelle Cristini Paulo SANTOS²

Douglas Vinícius Coelho da Silva GUEDES³

Cleber Aparecido GOMES⁴

RESUMO

As empresas têm se tornado cada vez mais exigente no processo seletivo de seus colaboradores, e além de características consideradas por elas básicas, como flexibilidade, liderança, senso crítico e boa comunicação, as empresas vão além, buscam por profissionais que tenham conhecimento em diversas áreas, pois acreditam que este é o diferencial para tomadas de decisões eficazes. Elas compreendem que profissionais que têm visões globais dos processos, encontram alternativas para as demandas existentes de forma ágil e garantindo o sucesso da organização. Por este motivo as instituições de ensino superior têm como desafio adequar suas ações de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, para formar profissionais completos e capazes de desempenhar ações de qualidade. A prática interdisciplinar na graduação é essencial para que os discentes compreendam a importância das diversas áreas do conhecimento para sanar e/ou potencializar processos. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo identificar se a prática do projeto interdisciplinar auxilia na construção do conhecimento, formando profissionais mais capacitados. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, com técnicas de entrevista e questionário para coleta de dados. O trabalho demonstrou que a prática influencia na formação do conhecimento, já que a partir

¹ Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE). E-mail: fernanda.crivellaro@funep.edu.br .

² Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE). E-mail: emanuelle.santos@funep.edu.br .

³ Graduado em Ciências Contábeis pelo UNISALESIANO de Lins.

⁴ Graduado em Ciências Contábeis pela UNISALESIANO de Lins.

do projeto desenvolvido na instituição os alunos conseguem conciliar teoria e prática das diversas áreas envolvidas no projeto.

Palavra-chave: Informação; Conhecimento; Interdisciplinaridade; Ensino Superior.

ABSTRACT

Companies have become increasingly demanding in the selection process of their employees, and in addition to characteristics considered basic by them, such as flexibility, leadership, critical thinking and good communication, companies go further, looking for professionals who have knowledge in different areas, as they believe that this is the differential for effective decision-making. They understand that professionals who have global visions of the processes, find alternatives to the existing demands in an agile way and guaranteeing the success of the organization. For this reason, higher education institutions have the challenge of adapting their actions according to the needs of the labor market, in order to train complete professionals capable of performing quality actions. Interdisciplinary practice in graduation is essential for students to understand the importance of different areas of knowledge to remedy and/or enhance processes. In this sense, this work aims to identify whether the practice of interdisciplinary design helps in the construction of knowledge, training more qualified professionals. For that, a case study was carried out, with interview techniques and a questionnaire for data collection. The work demonstrated that the practice influences the formation of knowledge, since from the project developed in the institution, the students manage to conciliate theory and practice of the several areas involved in the project.

Keywords: Information; Knowledge; Interdisciplinarity; University education.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais exigente, quando o assunto é procurar o profissional perfeito para a função ofertada, características

como ser comunicativo, autocrítico, ter bom relacionamento interpessoal, flexível, ter comprometimento e liderança, viraram características básicas de um bom profissional, além de todas estas características, uma outra vem chamando atenção e fazendo com que o profissional saia à frente dos demais candidatos ter conhecimento em diversas áreas.

O profissional que busca conhecimentos abrangentes, ou seja, de diversas áreas de seu interesse, de forma aprofundada, a qual se dedica no estudo destas áreas e ainda integra este conhecimento para nortear o processo decisório, consegue se posicionar diante das situações de forma mais completa e assertiva, por ter domínio e conhecimento em mais de uma área.

As empresas, começaram a entender que as informações surgem cada vez mais rápidas e as tomadas de decisões precisam acontecer na mesma velocidade, para que as mesmas não tomem decisões tardias ou até mesmo errôneas caso não consigam compreender as informações a tempo, por este motivo um profissional que tenha conhecimento em diversas áreas traz maior facilidade em lidar com fluxo de informações amplo, conseguindo direcionar da melhor maneira as ações necessárias para que a empresa alcance o resultado esperado.

Esta ação de envolver diversas áreas no processo decisório, é chamada de prática interdisciplinar, para Piaget (1964), a interdisciplinaridade é uma forma de pensar, o desafio deste pensamento está no incentivo de entender o global da realidade, por meio de uma visão holística, visando não apenas à valorização do que é transmitido, mas, acima de tudo, em relação ao que é construído e reconstruído. O conhecimento deixa de ser percebido numa perspectiva estática e passa a ser focado como processo.

A prática interdisciplinar, é a forma de pensar que envolve o conhecimento de diversas áreas com o intuito de realizar um processo mais dinâmico, para as empresas, um profissional que possui conhecimento de todas as áreas e aceita o envolvimento de mais profissionais diante dos processos existentes, fortalece as ações, dinamiza as ações e possibilita o envolvimento e integração para tomar decisões assertivas.

E o desenvolvimento deste profissional que busca conhecimento interdisciplinar, dá-se na educação, sendo assim, é essencial o envolvimento da instituição de ensino para levar e formar a cultura interdisciplinar ao discente, fazendo com que ele compreenda a importância disto para sua formação e para uma carreira de sucesso.

A interdisciplinaridade dentro da instituição de ensino proporciona a interação de diversas disciplinas de um ou mais cursos na solução e organização de processos. Nesse contexto, surgiu a seguinte problemática: A prática interdisciplinar em uma instituição de ensino superior auxilia na construção de conhecimento? Seguida da hipótese de que a prática interdisciplinar auxilia na formação de profissionais que buscam conhecimento em diversas áreas sobressaindo no mercado de trabalho.

Este trabalho teve como objetivo geral: verificar se a prática interdisciplinar realizada em uma instituição de ensino superior auxilia na construção do conhecimento. E como objetivos específicos: analisar a visão de docentes e discentes sobre a importância de projetos interdisciplinares; verificar os projetos existentes na instituição; conhecer os benefícios que um dos projetos traz para formação de conhecimento.

Como forma de operacionalização dos objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa aplicada, qualitativa, a pesquisa assumiu caráter descritivo-exploratório, como método de pesquisa foi realizado um Estudo de Caso.

2. CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento faz parte de toda existência humana, durante todo o período de vida o conhecimento vem sendo construído desde a infância, a vida adulta. Para Werneck (2006) considera-se construção o ato de construir algo, ou seja, a ação de construir que pode ou não ser alheia à vontade humana, já que a ação pode ser um processo racional decorrente da vontade ou um processo instintivo e espontâneo como movimento que parte do sujeito independente da sua vontade.

Conhecimento é abstração pessoal de algo que foi experimentado ou vivido por alguém, impossível de ser descrito, requer vivência do objeto para ser gerado, se não seria apenas informação. Associa-se a informação à semântica e o conhecimento à pragmática, o conhecimento é subjetivo, pois cada um tem a experiência de algo de uma forma diferente. (SETZER, 1999)

Pode se dizer que a informação é a interpretação de dados, já o conhecimento é complexo, pois depende de vivência e da praticidade para existir. Davenport e Prusak (1998) classifica de forma clara que informação são dados dotados de relevância que requer análise, exige consenso em relação ao significado e mediação humana. E, conhecimento é a informação valiosa da mente humana e inclui reflexão para ser formado, o que dificulta a estruturação, o registro e a transferência, o conhecimento é frequentemente tácito.

Segundo Piaget (1964), o conhecimento não está no sujeito, tampouco no objeto, o conhecimento é decorrente da interação contínua entre sujeito e objeto, dessa forma a inteligência necessita imprescindivelmente da experiência do sujeito com o objeto.

Construir o conhecimento é constituir e adquirir o saber, a construção de conhecimento dá-se pelas experiências, pelos conteúdos estudados, pela aprendizagem educacional e pelo tempo vivido. Esta construção é um processo contínuo, como afirma Ferracioli (1999, p. 182) “desde o nascimento até a idade adulta, o desenvolvimento mental do indivíduo é um processo contínuo de construção de estruturas variáveis, que, ao lado de características que são constantes e comuns a todas as idades, refletem o seu grau de desenvolvimento intelectual.”

Este desenvolvimento é dividido em quatro etapas como acredita Piaget (1964), sobre os principais fatores que auxiliam nesta construção do saber:

- a) **Maturação:** é a continuação da embriogênese, ou seja, o processo contínuo da formação e desenvolvimento do embrião.
- b) **Experiência:** experiência física que é a experiência que pode ser analisada nos objetos, formas, cores, tamanhos. E a experiência lógico-matemática que é a experiência do que este objeto pode representar ou

fazer.

- c) Transmissão social: pela linguagem, contatos sociais e educacionais.
- d) Equilibração: ponto de equilíbrio sobre as três etapas anteriores.

Sendo assim para formar conhecimento faz-se necessário um equilíbrio sobre as vivências naturais, sobre as experiências e experimentações e sobre o processo de aprendizagem social e educacional, nenhum conhecimento é gerado por apenas um destes itens, já que o conhecimento é construído utilizando toda a bagagem de vida do indivíduo.

Este processo envolve aprender a construir, tal necessidade de aprendizagem consiste no desenvolvimento do conhecimento. Ao citar desenvolvimento e aprendizagem, estas são duas formas de construção de conhecimento que são defendidas por Vigotsky (2003) o desenvolvimento é o processo natural onde conforme o indivíduo vai mudando de fase ele vai adquirindo conhecimento, já a aprendizagem é o estímulo que acontece na escola e em estudos.

O desenvolvimento é a evolução que acontece naturalmente, mesmo sem buscar a construção do conhecimento, pois as pessoas se desenvolvem também pela experiência de vida e por suas relações. A aprendizagem é um processo de estímulo à construção, já que acontece por meio de estudos, leituras e na escola, um processo complementa o outro, nenhum conhecimento construído é mais importante que o outro, independente da forma de aquisição.

Piaget (1964) coloca que o conceito da palavra aprendizagem é abrangente não se esgota no sentido restrito da experiência mediata, ou seja, a aprendizagem pode trazer conhecimento indireto, mesmo que não seja utilizada ou assimilada uma informação imediatamente, está ainda pode trazer sentido em um outro momento.

A aprendizagem, entendida como construção de conhecimento, pressupõe entender tanto sua dimensão como produto quanto sua dimensão como processo, isto é, o caminho pelo qual o indivíduo forma o conhecimento. Ao aprender, além de crescer a quantidade de informação sobre um determinado tema, também

melhora a competência, a qualidade do conhecimento que possui e as possibilidades pessoais de continuar aprendendo. (Marques, 2014)

Vigotsky (2003) desenvolveu estudos que dão grande importância à interação social e à informação linguística para a construção do conhecimento, a funcionalidade da linguagem, o discurso e as condições de produção influenciam diretamente na construção do conhecimento.

Assim, compreendendo a aprendizagem como um processo na construção do conhecimento, cresce a importância do professor/educador como alguém que interage com os alunos por meio de interferir, maximizar e potencializar a construção de conhecimento, neste ambiente de interação, o educador precisa compreender que cada aluno tem uma forma única de aprendizagem e assimilação.

Neste sentido, surge a teoria do construtivismo, Werneck (2006) alega que esta proposta é uma modalidade de aquisição do conhecimento em que o sujeito participa de modo ativo, compreendendo cada fase do processo, percebendo o sentido existente e incorporando como seu o conteúdo.

O construtivismo do conhecimento propõe uma transmissão de conhecimento sem imposições, um processo em que os alunos aprendem de forma ativa e participativa, criando capacidade argumentativa e decisória. Não quer dizer que esta teoria desconstrua ou desconsidere os estudos existentes há séculos, mas traz a possibilidade de ter opinião e reconstruir por si só o conhecimento.

É importante registrar que o sujeito não vai refazer o caminho da ciência, mas, apreendê-los da maneira correta e adequada que pode ser entendida como uma “re-construção” do conhecimento, de modo que ele venha a constituir parte de si próprio e não como algo justaposto, aceito sem apreensão. Não é decorar fórmulas é compreender o que a fórmula tem a oferecer. (WERNECK, 2006)

O professor é uma peça importante no construtivismo compreender que os alunos possuem formas individuais de aprendizagem, encontrar a forma de aprendizagem que se dá na maneira “correta” para determinado grupo, identificar a melhor forma de transmitir o conhecimento ao educando, tornar o educando criativo e independente, são as fases que o educador deve passar para criar o método eficaz de ensino. O construtivismo possibilita que o aluno seja parte do

processo, não existe um método padronizado, cada pessoa aprende e constrói o conhecimento de forma única.

A discussão desloca-se então da epistemologia para a metodologia de ensino, sobre o melhor método para levar-se o sujeito a apreender o objeto do modo como é universalmente considerado. Sobre como promover uma aprendizagem que não cerceie a criatividade, mas a estimule e a desenvolva e, ao mesmo tempo, não leve ao solipsismo e à incomunicabilidade. (WERNECK, 2006, p. 182).

Algumas metodologias e práticas vêm sendo discutidas a fim de potencializar a assimilação do conteúdo teórico, o ensino precisa transmitir as teorias, fórmulas e ciência existente, ou seja, não pode negar o processo de ensino, mas encontrar a forma eficaz de transmissão que garanta a assimilação do conteúdo, processo de criação e argumentação. Metodologias de ensinamentos interdisciplinares vêm sendo utilizados nesta nova forma de transmissão de conhecimento.

3. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade vem sendo discutida por diversos autores há décadas, a necessidade de se construir o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento de modo a conciliar as informações de diferentes disciplinas e a interação de conhecimento tem tomado grandes proporções para construção do saber.

Pela ciência se tornar fragmentada diante da quantidade de informação no passado, hoje estudiosos discutem a importância das informações contidas em disciplinas individuais se unirem para acrescentar e somar conhecimento à todas as áreas e cursos existentes, onde acreditam que juntos ampliam a área do saber.

Japiassu (1976) afirma que para facilitar o processo de aprendizagem no contexto da sociedade industrial, o conteúdo foi agrupado por área específica e passaram a ser trabalhados separadamente, mas na década de 60 surgiu o

movimento da interdisciplinaridade, quando se deu início nas discussões voltadas sobre a importância de integrar os conteúdos.

A visão fragmentada passou a ser discutida pela insuficiência, incerteza, contradições e conflitos que traziam, as vezes uma disciplina individual não conseguia encontrar a solução correta ou não tinha informação suficiente para um determinado problema, uma visão abrangente incentiva na globalização e contextualização de informações, ampliando área do saber. Neste contexto estudos foram criados para discutir a horizontalização do conhecimento e foram surgindo termos, como multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, que discutiam o paradigma da ciência como compartimento.

A horizontalização do conhecimento produzido em diferentes áreas, visa mudar a visão fragmentada dos estudos especializados. Esta concepção vem para quebrar “a rígida barreira existente entre as disciplinas, impostas pela ciência moderna às atividades de pesquisa e ensino” (ALMEIDA FILHO, 2005), de maneira multi ou interdisciplinar.

Na multidisciplinaridade, que apresenta uma visão menos compartilhada que a interdisciplinaridade, um elemento pode ser estudado por disciplinas diferentes ao mesmo tempo, sem que ocorra uma sobreposição dos seus saberes no estudo do elemento analisado. (CARDONA, 2010). A definição de multidisciplinaridade indica esse processo.

Trata-se, portanto, de uma gama de disciplinas simultâneas, em que não estão visíveis as relações que podem existir entre elas. Cada uma delas contribui isolada e complementarmente à solução do problema sem, no entanto, que se modifique sua essência. (JAPIASSU, 1976).

Já a interdisciplinaridade é compreendida:

O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. (BRASIL, 2000, p. 21 e 75).

A interdisciplinaridade representa um grau mais avançado da relação entre as disciplinas, estabelecidas menos verticalizadas, com uma plataforma compartilhada e operada sob conceitos comuns. Configura-se numa nova combinação de elementos, encontrados através de canais de trocas entre os campos, em torno de uma tarefa comum. (FURTADO, 2007)

O termo interdisciplinaridade deve ser utilizado quando existir “uma colaboração entre disciplinas diversas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência que conduz a interações propriamente ditas, isto é, a certa reciprocidade nas trocas, de tal modo que haja um total enriquecimento mútuo (PIAGET, 1964). A interdisciplinaridade compreende que uma área pode complementar a outra, melhorando e aprimorando fontes ao saber.

A interdisciplinaridade não tem como objetivo criar disciplinas ou saberes, mas utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um fenômeno sob diferentes pontos de vista. Tem como função recorrer a saberes úteis para responder questões e problemas sociais contemporâneos (BRASIL, 2000).

Portanto é a composição de disciplinas conectadas por um objetivo comum. A disciplina que coordena esta troca, esta em nível superior, onde controla a intensa troca de informações nas demais áreas.

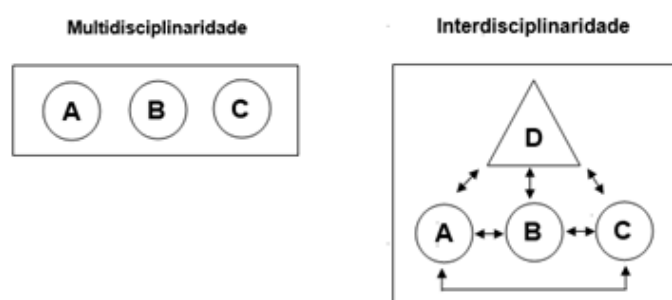
Na interdisciplinaridade existe a fecundação recíproca das disciplinas, que nada mais é que a transferência de conceitos, de problemáticas, de métodos com vista a uma leitura mais rica da realidade. Por exemplo, grande parte da Química seria impossível sem a Física Quântica; os dispositivos matemáticos de Rieman foram decisivos para a Física da Relatividade; a Biologia de Darwin é devedora da economia concorrencial de Smith e Malthus. (POMBO, 2003)

É nesse sentido que a interdisciplinaridade resulta na possibilidade explicativa de que uma determinada disciplina serve como base para formação, solidificação e inovação de outra disciplina.

A diferença entre multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, é que no primeiro caso as disciplinas são colocadas lado a lado, sem real integração entre elas (REPKO, 2008, apud PEREIRA; NASCIMENTO, 2016), ou seja, não há

comunicação e apropriação de conhecimentos que poderiam ser em comum entre elas e na inter existe cooperação e diálogo entre as áreas. Na Figura 1, torna-se clara a distinção existente entre multi e interdisciplinaridade.

Figura 1 – Estratégias entre as disciplinas



Fonte: Adaptado de Almeida Filho, 2005.

Japiassu (1976) justifica a importância de um empreendimento interdisciplinar, já que este:

- a) proporciona trocas de informações e críticas, que contribuem para transformação da sociedade e do homem;
- b) amplia a formação geral de todos, permitindo o descobrimento de novas aptidões;
- c) questiona uma possível acomodação dos pesquisadores em suas comunicações restritas que não permitem trocas;
- d) prepara melhor os indivíduos para formação profissional;
- e) fornece instrumentos conceituais para que especialistas na pesquisa em equipe, possam analisar melhor as situações e os problemas;
- f) assegura e desenvolve a educação permanente, fornecendo reciclagem para que se mantenham atualizados.

Portanto a interdisciplinaridade além de proporcionar trocas de informações que podem acrescentar e solucionar problemas, também é um fator importante para a formação de todos, pois permite conhecer várias áreas, de forma

ampla, mantendo-se sempre atualizados diante dos cenários que estão em constante mutação.

Ao identificar as quatro etapas (maturação, experiência, transmissão e equilíbrio) citadas por Piaget (1964) na construção do conhecimento percebe-se a necessidade constante de mutação e desenvolvimento na educação, a forma como o conteúdo é transmitido, colocar em prática a teoria realizada e trazer informações de diversas vertentes, são situações que influenciam diretamente à construção do saber.

O papel do professor no passado era somente de um repassador de informações, atualmente o papel do professor é fazer com que os estudantes sejam criativos e tenham a possibilidade de tornarem-se autônomos do seu conhecimento. (MARTINS; MOURA; BERNARDO, 2018) Neste contexto, a prática interdisciplinar tomou força com a expectativa de possibilitar a construção do conhecimento ampliando a área do saber do indivíduo, sem colocar barreiras ou muros que separem conteúdo.

As universidades precisam começar a se adaptar a sociedade contemporânea, e entender que os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e com o ingresso de alunos com gerações diferentes, faz-se necessário refletir sobre o papel que estas têm. Para Peleias et al (2011), o papel das universidades não é apenas capacitar os acadêmicos para novos postos de trabalho, mas também para exercerem com consciência a cidadania, e para tal, a autonomia, o senso crítico e o desenvolvimento intelectual são pontos chaves no processo de inserção social e profissional.

A interdisciplinaridade é um desafio para os educadores e fundamental para educação contemporânea que busca um ensino ousado através da interação de duas ou mais disciplinas. Ela estimula a aprendizagem participativa e através da interação das disciplinas transforma o conhecimento em um processo dinâmico, tornando o ensino ainda mais enriquecedor. Integrar disciplinas e áreas do saber traz um novo olhar para os “problemas” e as situações existentes, ampliando a área do saber do indivíduo e do grupo.

Neste aspecto intensifica as trocas entre especialistas e com a interação entre as disciplinas ressalta a interação e o diálogo entre as partes, assim cada participante do processo sente-se envolvido de forma ativa na construção de aprendizagem. O aluno faz parte do processo, não é apenas um expectador do conteúdo, ele é autor da própria história na construção do conhecimento.

Para Fiorentin e Domingues (2012) a interdisciplinaridade é uma forma de buscar conhecimento em determinadas áreas de ensino, as quais incorporam os resultados de várias disciplinas.

Levar problemas reais onde áreas distintas podem trazer informações úteis que auxiliam para solucioná-los, viabiliza reflexões e trocas muito mais complexas e completas que uma visão fragmentada do problema, entender que disciplinas dessemelhantes podem acrescentar e somar para o saber.

O engajamento dos profissionais da educação, a integração das disciplinas do currículo escolar entre si, viabiliza a formação dos alunos, a fim de que possam ter uma visão global de mundo, que sejam capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual e que se tornem profissionais capazes de agregar conhecimento dentro das organizações.

Formar cidadãos críticos, responsáveis e conscientes, só é possível através de ações pedagógicas que possibilitem ao aluno construir o conhecimento através da própria experiência. (SILVA, 2001) Dar a oportunidade ao de aluno conhecer a prática e não só a teoria, vivenciar experiências, contatar profissionais de outras áreas com informações úteis e incentivar no estudo de áreas distintas e na curiosidade em conhecer ambientes diversos, fora do seu habitat natural, possibilita uma visão holística estimulando na construção do conhecimento. Peleias et al (2011), afirma que a aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e valores dependem de um ensino que faça a ponte entre a teoria e a prática, ligando ciência e trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O problema de pesquisa deste artigo foi identificar se a prática interdisciplinar em uma instituição de ensino superior – IES auxilia na construção de conhecimento, para alcançar os objetivos de pesquisa

O estudo de caso foi dividido em três etapas:

A primeira etapa foi elaborada um questionário com o objetivo de identificar qual a visão dos docentes e discentes sobre a prática interdisciplinar, se a mesma viabiliza a formação de profissionais, se sabem da existência do projeto existente na instituição e as possibilidades de novos projetos entre os cursos existentes na mesma.

A segunda etapa foi para conhecer o projeto existente na instituição, verificar os cursos que são responsáveis, qual o objetivo do projeto e o que pode proporcionar aos envolvidos.

Por fim, foi feita uma entrevista com os alunos e professores que participaram do projeto no ano de 2022, para compreender o que o projeto possibilitou aos mesmos na construção do conhecimento.

Como universo de pesquisa utilizou-se a instituição que deu início a sua caminhada no ensino superior no ano de 1969, mas somente em 1972 teve os dois primeiros cursos aprovados: Administração e Ciências Contábeis. Hoje o centro universitário conta com 13 (treze) cursos entre as áreas de saúde, ciências agrárias e ciências sociais aplicadas.

4.1 Aplicação de questionário

Foi desenvolvido um questionário online com 14 questões, nas eram para conhecer o perfil de quem estava respondendo, entender a opinião dos questionados sobre visão sistêmica, ensino interdisciplinar, se conhecem algum projeto interdisciplinar que a instituição oferece e foi aberto um campo para sugestões de projetos interdisciplinares entre os 13 cursos existentes na instituição. Cento e trinta e cinco (135) pessoas responderam ao questionário, destes 103 alunos e 32 professores.

Os alunos que mais interagiram nesta captação de informação foram os do curso de direito sendo representado por aproximadamente 30%, a segunda maior participação foi o curso de psicologia, representado por 17%, dos 13 cursos ofertados pela instituição, apenas dois cursos (nutrição e engenharia agrônômica) não tiveram nenhum aluno participando desta coleta de dados. Já em relação aos professores, 38% eram do curso de educação física e 25% do curso de direito, dentre os cursos existentes não houve participação de professores que lecionam nos cursos de engenharia agrônômica, estética, pedagogia e biomedicina.

97% das pessoas acreditam que o mercado está cada vez mais exigente, e na busca por pessoas que tenham conhecimento abrangente em diversas áreas. Ao perguntar o que é o profissional com conhecimento abrangente 90% conceituam profissionais com conhecimento abrangente como sendo aquele que têm conhecimento várias áreas para contribuir em seu trabalho. E acreditam que um profissional para sair a frente no mercado de trabalho precisa conhecer várias áreas para contribuir no seu trabalho.

Quando perguntados se a IES auxilia na formação do profissional capacitado e com conhecimento em diversas áreas, 78% dos professores alegam que sempre auxilia, já entre os alunos as respostas foram 31% sempre auxiliam, 38% quase sempre, 26% às vezes.

68% e 53% dos alunos e professores, respectivamente, acreditam que nunca ou raramente a melhor forma de obter conhecimento é ter apenas conteúdo teórico e específico. Quando perguntados sobre a discussão de temas diversos e a importância de terem acesso à situações reais é unânime a importância e relevância para construção de conhecimento.

Apenas 12% dos alunos nunca ouviram falar sobre ensino disciplinar. E 100% dos professores e 73% dos alunos acreditam que sempre ou quase sempre esta prática de integração de disciplinas, a fim de propiciar a associação de várias áreas em torno de um mesmo tema, auxilia na formação de profissionais que tenham conhecimento em diversas áreas.

Mais da metade dos alunos (55%) desconhecem projetos interdisciplinares promovidos pela instituição. E 100% dos professores alegam conhecer projetos

existentes, mas nenhum dos professores indicou corretamente os cursos envolvidos neste projeto. Alguns projetos foram sugeridos, alguns envolvendo cursos da mesma área por exemplo: Administração e contábeis que faz parte da área de Ciências sociais aplicada, ou Educação Física e Fisioterapia, da área de ciências humanas, alguns projetos que envolvem áreas distintas também foram citados como por exemplo: Administração, direito e engenharia agrônômica que envolve ciência sociais aplicada, humanas e ciências agrárias, respectivamente. Dentre os projetos com maiores índices de sugestões estão: Administração e contábeis sugerido 26 vezes; Psicologia e Pedagogia sugeridas 20 vezes; Direito e Psicologia sugeridas 18 vezes; e Biomedicina e enfermagem sugerido 10 vezes.

4.2 Projeto interdisciplinaridade existente

“Projeto Saúde”, o projeto surgiu em 2017 pela vontade de um professor do curso de educação física em conciliar teoria exposta em sala de aula com a prática vivenciada pelos profissionais no dia a dia. Além desse desejo, o objetivo era oferecer às pessoas com obesidade o atendimento através de diversos cursos que compõem a IES e proporcionar condições para que os discentes destes cursos aprendessem sob orientação dos docentes, como são realizados os atendimentos, criando condições que facilitassem o conhecimento e desenvolvimento de pesquisa. A partir dessa ideia e desejo, começou-se a elaboração de um projeto de extensão que harmonizasse ensino, pesquisa e comunidade externa.

Atualmente o projeto atende 30 pessoas da comunidade e conta com dois professores que são os coordenadores do projeto e mais 11 professores que são colaboradores.

O projeto de extensão tem duração de um ano e visa promover condições para que os participantes possam fazer a experiência de olhar com mais cuidado para seu corpo e saúde, bem como, prática de atividade física supervisionada, terapias de correções posturais, orientações nutricionais e sessões de drenagem linfática. O projeto começou com três cursos envolvidos e hoje conta com a participação de mais

quatro cursos, totalizando sete: educação física, nutrição, estética, fisioterapia, enfermagem, direito e psicologia.

O projeto envolve um tripé acadêmico: comunidade; pesquisa e ensino. Em relação a comunidade a intenção é proporcionar aos participantes orientações sobre emagrecimento corporal com redução de massa adiposa, conciliada a uma alimentação mais saudável e conseqüentemente a melhoria na qualidade de vida. Além de difundir esses cuidados com a alimentação e atividade física para a comunidade, por meio de palestras, workshop e discussões sobre esses cuidados e os direitos do cidadão. Com relação aos alunos, o projeto proporciona vivenciar teoria aplicada em sala de aula com a prática desenvolvida no projeto. Por fim com os resultados alcançados e dados obtidos, o projeto propõe que suas atividades estejam relacionadas à pesquisa através do desenvolvimento de artigos, monografias e proximidade nas disciplinas afins nos diversos cursos.

Para realização do projeto são convidados alunos dos últimos anos, sendo: Seis acadêmicos do curso educação física; Dois acadêmicos do curso de fisioterapia; Um acadêmico do curso de nutrição; Dois acadêmicos do curso de enfermagem; Dois acadêmicos do curso de psicologia; Um acadêmico do curso de biomedicina; e, um professor representando o curso de direito.

O projeto se torna interdisciplinar pela sua diversidade de atuações, pelo diálogo entre as áreas e reuniões constantes. O quadro abaixo demonstra a participação e relação entre as áreas:

Quadro 1 - Atividades realizadas pelos cursos do projeto interdisciplinar “Emagrecer com saúde”.

Cursos	Dias da semana	Atividade e Objetivo proposto
Direito		Atividade a desenvolver: Apresentação de documentário, palestra e discussão do tema Objetivos: - Oferecer aos participantes a oportunidade de conhecer melhor a temática; - Criar condições para geração de discussão produtiva sobre o tema, bem como oportunidade para transformar a discussão em ações para melhoria da qualidade de vida dos participantes e das comunidades adjacentes.

Educação física	Segunda, quarta e sexta-feira	Atividade a desenvolver: Exercícios Objetivos: - Favorecer condições para que os alunos se desenvolvam; - Promover melhoria na qualidade de vida e saúde dos participantes.
Enfermagem	Todos os dias	Atividade a desenvolver: Atendimento Objetivo: - Atender aos participantes quando houver necessidade
Estética	Terça-feira	Atividade a desenvolver: Drenagem Linfática Manual Objetivos: - Fortalecer o sistema imunológico; - Acelerar a liberação de toxinas e diminuir inchaço nos membros; - Tratamento e controle de edemas linfáticos e linfedemas; - Diminuir a retenção de líquidos (auxilia no tratamento da celulite); - Relaxar corpo e mente e melhorar a defesa e ação anti-inflamatória;
Fisioterapia	Segunda, quarta e sexta-feira	Atividade a desenvolver: Atendimento terapêutico baseado em avaliação postural; Avaliação da marcha e pisada do indivíduo e atividade para melhoria; Auxiliar com a visão da Fisioterapia à equipe com exercícios adequados para cada caso. Objetivos: - Favorecer condições para a correção postural e na pisada; - Promover melhoria na qualidade de vida, redução das dores e atividade profilática para evitar prejuízos futuros.
Nutrição	Quinta-feira	Atividade a desenvolver: Palestras e debates sobre a importância de uma alimentação saudável; Elaboração do plano alimentar individual a cada participante; Acompanhamento da dieta encaminhada. Objetivos: - Conscientizar a importância da alimentação saudável; - Trocar os hábitos alimentares familiar;
Psicologia	Terça-feira	Atividade a desenvolver: Sessões grupais com no máximo 12 participantes com duração de 1h30. Objetivos: - Promover o conhecimento a respeito do emagrecimento saudável e sustentável. - Auxiliar o paciente a compreender os mecanismos compulsivos e de dependência em relação à comida.

		- Ajudar o paciente a desmistificar as dietas milagrosas e quais os efeitos nocivos à saúde física e emocional.
--	--	---

Fonte: Autoria própria, 2022.

Além dos trabalhos desempenhados por cada área específica, uma vez na semana realiza-se reuniões entre alunos e professores participantes do projeto, a fim de discutir casos, fazendo relação com artigos estudados, resultados e dados obtidos durante a semana.

4.3 Entrevista com professores coordenadores do projeto

De acordo com a entrevista realizada com os dois professores coordenadores, o projeto auxilia na formação dos alunos participantes através da prática interdisciplinar, com objetivo de prepará-los para um mercado de trabalho que também é interdisciplinar. Como a maioria dos cursos envolvidos no projeto são da área da saúde, as disciplinas dessas áreas exigem um trabalho interdisciplinar e de um profissional com visão holística que contemple as diversas dimensões do seu paciente/ cliente. Dessa maneira, o projeto permite ao aluno viver uma experiência prática, dando-lhe condições para trabalhar com estratégias interdisciplinares e que promovam questão éticas perante os demais profissionais. Na opinião dos professores, o trabalho interdisciplinar não é tão simples de ser realizado, mas é o mais adequado e produtivo, pois prepara o aluno para o mercado e faz com que ele saia da faculdade com melhores condições para sua atuação profissional.

Quando perguntado sobre as vantagens que o projeto promove ao aluno, os professores relataram que por serem cursos relacionados a área da saúde, dificilmente eles conseguirão trabalhar de forma isolada. Dessa forma a interdisciplinaridade é essencial. Além dos alunos, os professores expõem que o projeto também traz vantagens aos participantes externos, pois este é desenhado para eles e por eles. O mais importante nesse processo é escutar os participantes e avaliá-los no atendimento de maneira global, ou seja, por todas as áreas envolvidas. Até porque o objetivo do projeto é provocar uma mudança na vida dos participantes, visando uma melhoria na qualidade de vida. Sendo assim, a intensão

não é passar exercícios para emagrecimento, mas transformar sua maneira de pensar, mexendo com sua consciência perante o seu corpo e sua mente. Neste sentido, o objetivo é que o participante saia do comportamento sedentário e passe para o comportamento ativo.

Em entrevista, os professores foram questionados se percebem uma diferença entre os alunos que participam do projeto e os que não participam, e a resposta foi que sim, que existe uma notável diferença. Embora não fora realizado nenhum estudo científico que comprovasse esse questionamento, os professores relataram através de uma visão subjetiva que os alunos participantes do projeto têm um desenvolvimento mais intenso que os demais. Através da tríplice trabalhada: comunidade (cliente); ensino (conhecimento) e extensão (prática) esses alunos acabam assimilando com mais facilidade a teoria com prática, assim, eles acabam se destacando dentro da sala de aula, pois possuem uma bagagem mais completa.

Para os professores é difícil mensurar o alcance do projeto, porém são utilizadas algumas ferramentas para avaliação, a fim de que se obtenha dados para verificar as variações provocadas no indivíduo durante o projeto. Essas avaliações também acontecem como métrica para ver se o projeto está no caminho certo. Elas são realizadas no início do ano e a cada dois meses. Posteriormente, os dados são expostos em reuniões e discutidos entre professor e aluno. Com isso todo o projeto é reavaliado com a intensão de proporcionar melhorias para os próximos participantes.

Para finalizar a entrevista fora perguntado se os professores acreditam que o projeto interdisciplinar “Emagrecer com saúde” auxilia na construção do conhecimento. A resposta foi empolgante e cheia de orgulho ao relatarem que sim, há uma profunda construção do conhecimento, pois quando, o aluno faz a conciliação da prática interdisciplinar ele tem um ganho no processo formativo, além das trocas de informações com outras áreas, o que se torna mais rico. Como exemplo os professores mencionaram o profissional de Educação Física, que ao sair da faculdade poderá fazer a conciliação da sua área com a psicologia, nutrição e

estética, permitindo resultados animadores aos seus clientes e obtendo um grande diferencial profissional.

4.4 Entrevista com os alunos envolvidos ao projeto

A entrevista foi realizada com os alunos dos cursos de Educação Física e Fisioterapia, que fazem o papel principal deste projeto, já que estes são os responsáveis pelos atendimentos e por realizar a parte de acesso ao público, são no total dez alunos de educação física e três de fisioterapia, destes nove e dois, respectivamente, responderam a entrevista.

O intuito da entrevista era perceber a interação entre os cursos envolvidos no projeto e quais benefícios esta interação trazia para os alunos. Foi unânime a resposta de que este projeto possibilitou que entrassem em contato com a prática de todo conteúdo ministrado em sala de aula, além disso, acreditam que a vivência do projeto traz uma proximidade com o mercado de trabalho, pois tiveram a experiência de entrar em contato com pessoas, com características, perfil e morbidades diferentes, fazendo com que conhecessem a prática do dia-a-dia de suas profissões, antes mesmo de saírem da faculdade, afirmam que saem um passo à frente, comparado à pessoas que não tiveram essa experiência.

Quando perguntados sobre aquisição de conhecimento advindas de outras áreas, pontuaram algumas informações, aos futuros educadores físicos, alegaram conhecer informações sobre alimentação (área de nutrição), testes biomecânicos (área de fisioterapia) e relacionamento e cuidado com o paciente (área de psicologia). Os futuros fisioterapeutas, pontuaram que este contato com outras áreas trouxe oportunidade aprendizado, e que cada área ensinou um pouquinho à eles: a nutrição por meio de palestras acrescentou informações sobre alimentação; a educação física, por meio de debates exercícios que potencializam o condicionamento físico; a estética, trouxe a importância de tê-la como aliada para melhorias dos resultados; a enfermagem ensinou aferição da pressão arterial antes e após os exercícios e como isso reflete na vida das pessoas. Portanto, perceberam

que a interligação entre as áreas potencializa o resultado ao cliente e ainda garante segurança na prestação do serviço.

Levantaram um ponto que consideraram importante, como o projeto mexe com a saúde dos pacientes e estes cursos estão em contato direto com isso, lidam constantemente com patologias e pacientes em condições especiais, que precisam de uma equipe interdisciplinar em seu tratamento, ao mexer com saúde, todo cuidado faz-se necessário, já que sem isso pode acarretar piora no quadro clínico.

As outras áreas ajudam na recuperação, na melhora dos resultados dos alunos, cada área complementa a outra, traz informações de extrema importância que asseguram a qualidade de vida do paciente, tanto para educadores físicos, quanto fisioterapeutas, afirmam que interligar o conhecimento é necessário, buscar por profissionais de áreas paralelas que possam agregar na vida do paciente é importante, esta prática interdisciplinar garante não só a troca de experiências e conhecimento aos profissionais envolvidos, como também proporciona um melhor serviço a ser ofertado ao paciente.

Sobre a importância do projeto, as respostas foram seguindo a mesma linha sobre o quanto isso acrescentou de informação: trouxe informações para área de trabalho, oportunidade de colocar em prática todo o conhecimento adquirido dentro de sala de aula, a vivência de estar em contato atendendo pessoas com diferentes patologias gerando maior aprendizado, o contato com professores que estavam ali para auxiliar todo o processo que garantia uma maior segurança na execução de ações, a possibilidade de ter profissionais de outras áreas estudando e agindo juntos, além de toda oportunidade para formação de conhecimento prático ao profissional, ainda, alegam o contato com grupos de estudos que estimulavam interesse na área de pesquisa. Afirmar que se os alunos soubessem da importância deste projeto para suas vidas, todos dariam um jeito de participar.

Ao abordar sobre a participação e interação de todos os cursos nos grupos de estudos, 90% dos alunos sabem da participação dos cursos de educação física, estética, fisioterapia, enfermagem, nutrição e psicologia, mas que na maioria dos encontros os alunos e professores que frequentavam eram dos cursos de educação física e fisioterapia, que estes grupos serviam para terem extensão de conteúdo das

próprias áreas presentes, e que em alguns outros momentos haviam interação maior entre as outras áreas.

4.5 Análise dos resultados

A partir das informações coletadas, tornou-se possível, comparar a realidade com teoria na construção do conhecimento por meio de práticas interdisciplinares, iniciando pelas fases de construção do conhecimento que segundo Piaget (1964) ocorrem da seguinte maneira: maturação, experiência, transmissão e equilibração.

O projeto interdisciplinar se encaixa na construção e seguimento destas fases:

- a fase da maturação é perceptível quando os alunos dão continuidade ao estudo, a partir do momento que definem fazer uma faculdade e participam de projetos que permitem aprendizagem contínua;
- a fase da experiência é marcada quando por meio do projeto interdisciplinar o aluno tem a oportunidade de vivenciar situações reais e distintas que promovem aos alunos vivenciarem situações rotineiras da vida profissional, com uma vantagem, os professores estão por perto para dar suporte, tornando uma experiência e já auxiliando para entrarem na próxima fase de construção;
- a fase da transmissão que por meio do projeto acontece de diversas formas, nas trocas entre os alunos, entre professores e alunos e entre pacientes e alunos, isso ocorre nos grupos de estudos, nos atendimentos, nos encontros do dia a dia, esta transmissão de informação, possibilita comunicação entre todos os públicos envolvidos;
- a fase da equilibração, a última fase, acontece a partir do momento em que o aluno precisa assimilar a informação, ou até mesmo agir junto aos pacientes, quando é necessário fazer a junção e encontrar um equilíbrio entre a teoria, a experiência e as informações que chegaram até eles por meio dos diversos públicos envolvidos.

A aprendizagem por meio deste projeto interdisciplinar abrange não apenas o conhecimento da prática e da experiência individual, ou seja, o conhecimento direto, mas também na construção do conhecimento indireto que fica registrado pelo aluno, mesmo que não tenha sido vivência dele e sim de um colega.

Dessa forma o aluno pode construir e desconstruir o seu conhecimento tanto sozinho quanto em grupos, diante da necessidade de tomar decisões durante os seus atendimentos, permite que este fortaleça e desenvolva a capacidade de construir conhecimento de forma ativa, onde cada aluno encontra a melhor forma para ele nesse processo construtivo. Esse projeto, traz autonomia de aprendizagem ao aluno. Sai da forma tradicional de dentro de sala de aula e oferece uma realidade paralela, que permite não só construir conhecimento para formação profissional, como também é um norteador que ajuda a definir caminhos que o acadêmico pode seguir.

Os professores e a instituição têm papel fundamental dentro desta realidade, já que os professores permanecem ao lado dos alunos dando suporte em toda a parte técnica, com alguns limites para que os alunos possam caminhar sozinhos. A instituição tem promovido o projeto para que os alunos tenham interesse em participar, tornando-o cada vez mais estruturado.

Tanto os professores quanto os alunos envolvidos citam o quanto isso amadurece e fortalece a construção do conhecimento e acreditam que todo profissional, hoje, precisa de pilares que sustentam suas ações e a interdisciplinaridade entre as áreas solidifica este processo de aprendizagem, de formação do profissional e ainda garante segurança, principalmente aos que trabalham com a saúde das pessoas, é perceptível que o projeto tem interação interdisciplinar entre os cursos envolvidos (enfermagem, estética, fisioterapia, nutrição e educação física) quando há trocas de informações e críticas, permitindo que hajam pesquisa e estudos em novos métodos e formas de lidar com as situações, de acordo com o que cada área pode contribuir para o mesmo caso, esta união resulta em serviços ofertados ao paciente de forma mais completa e benéfica.

Alguns cursos envolvidos no projeto, como psicologia e direito, ainda não estão 100% inseridos nessa construção do saber, pois não participam dos grupos de estudos e acabam oferecendo informações rasas para o projeto, como são cursos que entraram conforme o projeto foi solidificando, são cursos que têm a oferecer, mas, que ainda não conseguiram se inserir de tal forma.

Ambos os grupos envolvidos no processo educacional, docentes e discentes, percebem a importância desta prática interdisciplinar para aquisição de conhecimento e construção do profissional com maior qualificação ao mercado, a instituição pode promover projetos como estes que abranjam outras áreas ou até mesmo incluam outros cursos, como exemplo, o curso de contábeis que pode promover o levantamento financeiro de todo o projeto, desenvolvendo um balanço social que tragam todas as informações relacionadas a despesas e entradas de recursos neste projeto, o curso de publicidade que pode ajudar a promover o projeto, principalmente, entre os alunos para despertar interessados e também construir uma imagem para a sociedade.

A prática interdisciplinar vai além de ligar áreas afins, esta prática pode trazer interações entre diversas áreas do saber, sempre uma área terá o que acrescentar em outras áreas, e assim poderá auxiliar no processo de aprendizagem e formação de conhecimento para um profissional hábil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vive-se em uma sociedade de conhecimento, onde as empresas exigem cada vez mais dos profissionais que chegam ao mercado e as instituições de ensino superior, realizam um papel fundamental nesta formação, principalmente na necessidade de buscar cada vez mais proximidade entre teoria e prática e até mesmo de apresentar a importância de buscar um conhecimento além do específico da área escolhida pelo aluno.

O projeto interdisciplinar na instituição, promove um aumento de informações ao aluno, saindo apenas da informação técnica de sua área, para uma integração entre áreas afins ou até mesmo áreas que não estão no mesmo campo

de conhecimento, possibilita que os alunos sintam a realidade da profissão diante de casos reais, garante experiência do trabalho em equipe, desperta interesse em pesquisa e ainda estimula o aluno na busca constante de aprendizagem.

Este projeto, traz a realidade do dia a dia da vida profissional, com o benefício do auxílio dos professores, até que os discentes estejam seguros, para agirem por si só. A partir deste projeto, o aluno tem a percepção da importância de agregar áreas, de buscar informações constantes e de se manter dentro de uma equipe de trabalho, o que faz com que ao sair para o mercado de trabalho, saia a frente dos demais alunos que não tiveram contato com esta experiência, já que este aluno chega mais perto dos requisitos buscados pelas empresas.

Integrar as disciplinas promove a formação de alunos com conhecimento abrangente, garantindo que diante de problemas informacionais, esta integração de disciplinas alcança soluções e potencialização de resultados. Os projetos interdisciplinares vêm ocupando cada vez mais espaço neste ambiente educacional, já que trazem mudanças no processo de aprendizado, principalmente na transferência e assimilação de informação para os alunos.

Diante disso, percebe-se a importância de projetos interdisciplinares na sociedade contemporânea, principalmente do ponto de vista educacional, para formação de pessoas que alcançam um nível abrangente de informações, por meio do estudo de caso realizado, é perceptível que os alunos saem mais confiantes, com mais informações e bagagem para sua vida profissional, saem compreendendo que o sucesso da profissão deles depende também de outras áreas, trazendo uma visão aos alunos da importância da integração entre áreas para a soluções de conflitos e melhorias de resultados no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de. Transdisciplinariade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. **Saúde e sociedade**. v.14, n.3, p.30-50, set-dez 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n3/04.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais ensino médio. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2022.

CARDONA, F. **Transdisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Multidisciplinaridade**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/transdisciplinaridade-interdisciplinaridade-e-multidisciplinaridade/34645%3E>> Acesso em: 17 jun. 2022

DAVENPORT, T. H; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

FERRACIOLI, L. Aspectos da construção do conhecimento e da aprendizagem na obra de Piaget. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v. 16, n. 2, p. 180-194, ago. 1999.

FIORENTIN, M.; DOMINGUES, M.J.C.S. Interdisciplinaridade no curso de Ciências Contábeis. *ConTexto*, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 7-16, 1º semestre 2012.

FURTADO, J.P. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface**. v.11, n. 22, p. 239-255, mai./ago. 2007.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do sabe**. Rio de Janeiro: Imago editora, 1976.

LÜCK, H. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 1995. 92 p.

MARTINS, E. D.; MOURA, A. A. de; BERNARDO, A. de A. O processo de construção do conhecimento e os desafios do Ensino-aprendizagem. **RPGE—Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.22, n.1, p. 410-423, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/viewFile/10731/7347> Acesso em: 19 jan. 2022.

MARQUES, R. de O. *Construção do Conhecimento e Teorias da Aprendizagem. Pedagogia*. 2014. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/construcaoconhecimentoeeteorias1/index.php> Acesso em: 13 jan. 2022

PELEIAS, I.R. et al. A interdisciplinaridade no ensino superior. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 499-532, nov. 2011

PEREIRA, E. Q.; NASCIMENTO, E. P. A interdisciplinaridade nas universidades brasileiras: trajetórias e desafios. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 1, p. 209-232, jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4844/pdf> Acesso em: 13 jan. 2022.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967. [Six Études de Psychologie, 1964]

PIOVAN, R. Você é um profissional 360 graus? portaldomarketing. 2011. Disponível em: <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos3/Voce_e_um_profissional_360_graus.htm> Acesso em: 17 jun. 2022.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **anais...** Porto, 2003. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>> Acesso em: 13 jan. 2022.

SETZER, Valdemar. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, n. 0, dez., 1999. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm Acesso em: 12 jan. 2022.

SILVA, A. C. R. Mudanças de paradigma no ensino da Contabilidade. Revista Contabilidade e Informação, Ijuí, n. 10, jul./set. 2001.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003

WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção: o papel do ensino e da pesquisa. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 173-196, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf> Acesso em: 13 jan. 2022.

O CASO DA BOATE KISS: DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE? A JUSTIÇA E A TÉCNICA LEGISLATIVA

Maria Beatriz de ALMEIDA¹

Raphael Hernandes PARRA FILHO²

RESUMO

A disposição do dolo eventual no art. 18, inciso I do Código Penal demonstra a insuficiência do conceito a partir da análise de que não é possível extrair da mente do agente se houve a assunção do risco. Desse modo, há uma definição já consolidada que ainda gera complicações, sobretudo, levando em consideração o incêndio da boate Kiss que destacou tal dificuldade, já que a lei não apresenta a forma como o elemento subjetivo será aplicado e a dúvida abordada no processo se os réus teriam atuado com dolo eventual ou culpa consciente é capaz de gerar insegurança jurídica pela morosidade e possível condenação à pena desproporcional à conduta praticada, além da descrença social pelo sentimento de impunidade. Logo, o intuito da pesquisa não é esgotar a discussão mas contribuir com o campo científico e estimular o exame da questão, bem como, por meio do método jurídico-interpretativo, analisar as teses defendidas pela acusação e defesas no caso em apreço, além da possibilidade da criação de graus de culpa como solução para o problema.

Palavras-chave: Dolo eventual. Culpa Consciente. Boate Kiss.

ABSTRACT

The provision of the conditional intent in article 18, item I of the Penal Code demonstrates the insufficiency of the concept from the analysis that it is not possible to extract from the mind of the agent if there was the assumption of the risk. Thus, there is a definition already consolidated that still generates complications, especially taking into account the fire of the Kiss nightclub that

¹ Graduanda em Direito - UniSALESIANO Lins. E-mail: beatriz.almeida812@gmail.com

² Docente do curso de Direito – UniSALESIANO Lins. E-mail: ra_3373@hotmail.com

highlighted such difficulty, since the law does not present how the subjective element will be applied and the doubt addressed in the process whether the defendants would have acted with conditional intent or conscious recklessness is capable of generating legal uncertainty by the delay and possible condemnation to the penalty disproportionate to the conduct practiced, in addition to social disbelief due to the feeling of impunity. So, the purpose of the research is not to exhaust the discussion but to contribute to the scientific field and stimulate the examination of the issue, as well as, through the legal-interpretative method, to analyze the theses defended by the prosecution and defenses in the present case, in addition to the possibility of creating degrees of guilt as a solution to the problem.

Keywords: Conditional intent. Conscious recklessness. Kiss Nightclub.

1. INTRODUÇÃO

Consoante a disposição do art. 18, inciso I, do Código Penal, o crime será considerado doloso quando o agente quiser o resultado ou assumir o risco de produzi-lo, sendo o primeiro chamado de dolo direto e o segundo de dolo eventual, no qual consciente da possibilidade de causar um resultado não pretendido, o agente ainda sim atua, pois deseja praticar a conduta. Já no caso da culpa, elemento subjetivo do tipo penal assim como o dolo, entre as espécies consciente e inconsciente, a primeira se destaca por configurar-se quando ao praticar a ação o indivíduo é capaz de prever o resultado, mas com base na confiança em si mesmo e em suas habilidades pessoais acredita fielmente que ele não ocorrerá.

Nesse contexto, com base no incêndio ocorrido na boate Kiss em 27 de janeiro de 2013 e seus desdobramentos processuais, o ponto crucial entre o dolo eventual e a culpa consciente, e consequentemente o principal problema analisado, é a polêmica sobre a responsabilização dos réus que foram a júri popular, acusados de praticarem 242 homicídios consumados e 636 homicídios tentados por meio do dolo eventual, diante da dúvida de como saber exatamente se foram indiferentes e assumiram o risco de produzir o resultado, ou acreditaram levemente que ele não ocorreria ou que poderiam evitá-lo, já que o íntimo de cada um é inacessível, a

acusação entendia pelo dolo e as defesas pela culpa, e ainda, não há no ordenamento jurídico uma forma específica de diferenciação de ambos os institutos na prática.

Logo, percebe-se que a relevância do assunto abrange tanto o caráter jurídico quanto o social, tendo em vista que a instabilidade no poder judiciário acerca do dolo eventual e da culpa consciente pode gerar condenações com penas mais ou menos graves do que a conduta realizada, como sustentam a acusação e a defesa no caso em apreço, além de acarretar o sentimento de impunidade, não só nos familiares das vítimas e dos sobreviventes que anseiam por justiça, mas em toda sociedade.

Por essa razão, a primeira seção do presente estudo é composta pela descrição do dia do incêndio na boate Kiss e os desdobramentos da investigação; a segunda seção, pela polêmica entre o reconhecimento do dolo eventual ou culpa consciente no procedimento do Júri, e por fim, a terceira seção, constituída pela análise do projeto de lei que oferece um desfecho para o debate com a instituição dos graus de culpa.

A vertente metodológica aplicada é a jurídico-dogmática, baseada no método jurídico-interpretativo, com técnicas empregadas na análise bibliográfica contemplando livros, artigos científicos e periódicos. Ressalta-se que o objetivo da pesquisa não se limita em buscar uma solução específica para o problema, mas reunir informações que promovam a reflexão de mais indivíduos acerca da situação existente e contribuam para a pesquisa jurídico-científica.

2. INCÊNDIO NA BOATE KISS

No dia 27 de janeiro de 2013, o município de Santa Maria, localizado no estado do Rio Grande do Sul, foi palco de uma tragédia de repercussão internacional que ocorreu na famigerada boate Kiss, situada na Rua dos Andradas, região central da cidade. Na noite de sábado, dia 26, alunos da Universidade Federal de Santa Maria realizavam a festa denominada “aglomerados”, que contava com a presença de um grande público, a maioria universitários e com a

apresentação de duas bandas, Pimenta e seus Comparsas e Gurizada Fandangueira. (SARTOR; BOICZUK, 2022).

Os frequentadores chegaram ao local por volta da meia noite, sendo que a primeira apresentação teve início 01h00min, e a segunda aproximadamente 02h10min. Ocorre que, já no segundo show, perto das 02h30min, o vocalista da banda, Marcelo de Jesus dos Santos, utilizou um artefato pirotécnico de uso externo durante a apresentação, que ao entrar em contato com a espuma inflamável do teto da boate utilizada para o isolamento acústico, iniciou um incêndio e provocou uma nuvem de fumaça que tomou conta do ambiente. (CHAGAS, 2023).

O que era para ser uma noite de alegria deu lugar ao pânico, visto que 242 pessoas morreram e 636 ficaram feridas. Ao contrário do que se possa imaginar, a principal causa das mortes não foi o fogo, mas a liberação de cianeto que provocou o óbito das vítimas por asfixia, em virtude da produção do gás cianídrico na combustão da espuma de poliuretano disposta no teto, que não era antichamas e foi adquirida em uma loja de colchões. Referido gás bloqueia a cadeia respiratória das células e impede o transporte de oxigênio para os órgãos, sendo um dos venenos com a ação mais rápida que se conhece, como menciona a jornalista Daniela Arbex:

Na prática, os frequentadores da Kiss foram envenenados pelo mesmo gás letal usado nas câmaras de gás construídas nos campos de concentração nazistas, entre eles Auschwitz, na Polônia, durante a Segunda Guerra Mundial. A associação do cianeto com monóxido de carbono potencializou o efeito do envenenamento, que resultou em alteração do estado mental dos frequentadores da boate, perda da consciência, colapso cardiovascular seguido por choque, edema pulmonar e morte, conforme dados contidos no livro Protocolos de atendimento às vítimas da boate Kiss, lançado pelo Hospital Universitário de Santa Maria. (ARBEX, 2018, p. 163).

Além disso, a tragédia foi marcada pela forma como os corpos foram encontrados. Na urgência em deixar a boate, que ficou às escuras, as barras de contenção perto da única saída e a falta de luzes de emergência fizeram com que o tumulto fosse ainda maior, motivo pelo qual diversas vítimas acabaram pisoteadas. Quando conseguiram acessar o interior do local, os bombeiros acreditaram que quase todo o público havia saído ileso, já que o número de corpos no salão não chegava a 20. No entanto, assim que chegaram nos banheiros se depararam com

uma cena chocante: a maioria dos jovens ficou encurralada por imaginar que ali seria a saída, tendo em vista que foi o único local onde a luz de emergência ficou acesa. Todos morreram asfixiados e muitos entrelaçados uns nos outros; o sargento que acompanhava a ocorrência repetia: “nós não salvamos ninguém”. (ARBEX, 2018).

Após a notícia do incêndio, cada minuto era importante para garantir que os feridos não viessem a óbito, principalmente pelo fato de que muitos conseguiram sair da boate, foram para a emergência e faleceram depois devido ao cianeto. A cidade amanheceu enlutada no dia 27 de janeiro, os hospitais ficaram superlotados, não havia transporte suficiente para os feridos mais graves - que tiveram de ir para Porto Alegre com aviões de caça - e a retirada dos corpos da boate foi realizada com o apoio de caminhões frigoríficos dada a quantidade de vítimas. (BUZETI; DETREGIO, 2022).

Para que o reconhecimento dos mortos pudesse ser feito, os corpos foram levados à um ginásio do Centro Desportivo Municipal onde encontravam-se policiais, médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos que se voluntariaram para auxiliar os familiares nas buscas. O Instituto Médico Legal da cidade só possuía capacidade para 10 corpos, por isso, conforme os caminhões chegavam, os homens foram dispostos de um lado e as mulheres do outro, e os objetos que traziam consigo foram colocados à vista para auxiliar na identificação. (BUZETI; DETREGIO, 2022).

Ante o extenso número de óbitos, velórios coletivos foram realizados ainda no domingo, à medida que as famílias procediam com o reconhecimento de seus entes. No final da tarde, os caixões já haviam se esgotado na cidade e além da perda, muitos se depararam com uma inflação enorme pela inesperada demanda no mercado funerário. Ademais, em consequência da tragédia, autoridades acompanharam o suporte aos familiares e sobreviventes, e a então presidente Dilma Rousseff cancelou seus compromissos e viajou para Santa Maria. O município decretou luto oficial de 30 dias e o governo federal luto de três dias. (CHAGAS, 2023).

Os velórios foram realizados com caixões fechados, porquanto os exames laboratoriais estavam sendo realizados e ainda não se sabia a intensidade com que os jovens teriam sido expostos ao cianeto. O fato é que, o envolvimento de autoridades e políticos no dia posterior ao incêndio era apenas o início da repercussão do caso, pois, além dos testemunhos dos sobreviventes que poderiam contribuir com os esclarecimentos do evento em busca de responsáveis, logo viria à conhecimento público que o local detinha irregularidades em seu funcionamento. (ARBEX, 2018).

2.1 Desdobramentos da investigação

Após a tragédia, o trabalho da polícia se iniciou com o intuito de esclarecer o ocorrido e identificar os supostos responsáveis o mais rápido possível. Entre os dias 28 e 29 ainda do mês de janeiro, foi decretada a prisão temporária dos sócios da casa noturna Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, e dos integrantes da banda Gurizada Fandanguera, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão, respectivamente vocalista e produtor musical, em razão de indícios que o comportamento dos quatro poderia ter contribuído para as mortes. Além disso, a justiça autorizou o bloqueio dos bens dos sócios e da empresa, de nome fantasia Santo Entretenimento. (TJRS, 2022).

Depois da prisão temporária dos acusados ser prorrogada, houve a conversão em prisão preventiva no dia primeiro de março com base na garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal. No mesmo mês, a polícia civil apresentou o relatório final do inquérito, com 188 páginas, no qual apontou o nome de 35 pessoas envolvidas na tragédia, sendo 16 indiciadas, entre elas, os quatro que já estavam presos, acusados de praticarem 241 homicídios dolosos qualificados, por meio do dolo eventual, e 623 tentativas de homicídio à época, número que saltaria para 242 homicídios e 636 tentativas. (MISSAU, 2013).

Para a polícia, cada um dos sócios e dos membros da banda concorreram para o resultado danoso. Elissandro e Mauro, que eram os donos do estabelecimento e auferiam vantagem patrimonial com seu funcionamento, tinham

ciência da lotação máxima do local, que fora ultrapassada muitas vezes segundo testemunhas, e da utilização de artefatos pirotécnicos nos shows, empregados inclusive por Elissandro em apresentações de sua banda no mesmo lugar. Além disso, ambos tinham poder de decisão acerca das reformas consideradas indevidas, a exemplo da inclusão de guarda corpos na única rota de saída, bem como, por serem responsáveis pela boate, assumiram o risco da produção do resultado ao funcionarem com alvarás sanitários e de prevenção de incêndio vencidos, não disporem de extintores de incêndio nos locais indicados e não oferecerem treinamento de incêndio para os seguranças e funcionários, fazendo com que o local não contasse com condições mínimas de segurança para o público. (PCRS, 2013).

No caso de Luciano, sua atuação se deu por ser responsável pela compra e organização do show pirotécnico, tendo adquirido para tanto, os produtos chamados de Sputnik e Chuva de Prata, sendo o último vendido por R\$2,50. Ocorre que ambos os objetos eram destinados ao uso externo, e o adequado para ambientes fechados chamado de indoor custava bem mais caro, aproximadamente R\$50,00; dessa forma, Luciano também teria assumido o risco por prezar pela economia e o lucro da atividade em vez de considerar primeiramente a segurança dos frequentadores. Além disso, ele confessou que a banda Gurizada Fandangueira utilizava os fogos de artifício em praticamente todos os shows, em diversos locais, e que foi quem colocou-o na mão do vocalista. (PCRS, 2013).

Já Marcelo, foi apontado como aquele que ateou fogo na boate, pois ao pular com o artefato pirotécnico em mãos o direcionou ao teto coberto com a espuma inflamável e o incêndio se iniciou pelo contato com as faíscas do objeto. Ademais, a autoridade policial entendeu que ele assumiu o risco por ser considerado garantidor dos presentes, e por isso, deveria ter tentado salvar o maior número de indivíduos possíveis, ao contrário do que aconteceu, já que por tentar apagar o fogo com uma garrafa de água sem sucesso, Marcelo não avisou no microfone sobre o incêndio e saiu ileso, levando, inclusive, instrumentos musicais da banda. (PCRS, 2013).

Além deles, outros foram indiciados por homicídio doloso e por diferentes crimes relacionados ao fato, como homicídio culposo, fraude processual, falso

testemunho, homicídio culposo com apuração da justiça militar e improbidade administrativa, nos quais entre os indiciados figuravam trabalhadores da Kiss, bombeiros e seus superiores hierárquicos, bem como, servidores da prefeitura municipal, incluindo o prefeito Cezar Augusto Schirmer. (MISSAU, 2013). Em que pese as 16 pessoas indiciadas, o Ministério Público ofereceu, em abril, a denúncia contra 8 delas, onde Elissandro, Mauro, Luciano e Marcelo foram denunciados por homicídios e tentativas de homicídios praticados com dolo eventual e qualificados por meio do fogo, asfixia e torpeza, e outras quatro pessoas foram denunciadas por fraude processual e falso testemunho. (TJRS, 2022).

Contudo, outro problema surgiu com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e seu acolhimento pelo Poder Judiciário. Contando que todos os responsáveis pela tragédia, direta e indiretamente, seriam responsabilizados, as famílias das vítimas e dos sobreviventes se surpreenderam com a quantidade de pessoas listadas no inquérito e as de fato denunciadas:

O relatório do Ministério Público causou uma forte reação popular, principalmente por parte das famílias que perderam seus filhos. Para elas, o pedido de arquivamento parcial do inquérito em relação aos servidores municipais restringia a possibilidade de apuração da conduta dos agentes públicos, que não seriam sequer levados a julgamento. Iniciava-se aí um capítulo à parte no desenrolar das investigações: os pais das vítimas perderam a confiança no Ministério Público e na capacidade dos promotores de aplicar a lei. Pior: quatro pais foram processados pela promotoria por calúnia e difamação, já que, no bojo da tragédia, fizeram críticas públicas à atuação do órgão. (ARBEX, 2018, p. 206).

Não obstante, foi descoberto que a boate nunca esteve 100% regularizada, haja vista que sempre havia algum requisito de funcionamento faltando ou vencido. Nos 41 meses e 27 dias que a Kiss esteve aberta, por 31 meses operou sem alvará sanitário, por 20 meses não teve a licença de operação ambiental, por 17 meses funcionou sem alvará de prevenção e proteção contra incêndio, e ainda, por 7 meses esteve sem o alvará de localização, segundo Arbex (2018).

Nesse sentido, com o desenrolar do evento inúmeras contradições surgiram diante das condutas dos envolvidos, fossem eles funcionários da boate, agentes públicos responsáveis pela fiscalização, bombeiros, entre outros, e ao Poder Judiciário foi depositada a expectativa de elucidação e apresentação de respostas

para o caso. No entanto, o longo processo ainda se arrastaria por muitos anos, levando em consideração o elemento subjetivo a ser apurado na atuação dos sócios e dos integrantes da banda Gurizada Fandangueira.

3. POLÊMICA ENTRE O RECONHECIMENTO DO DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE NO PROCEDIMENTO DO JÚRI

Ainda em 2013, a prisão preventiva dos quatro acusados foi revogada e ambos passaram a responder ao processo em liberdade. Posteriormente, em julho de 2016, a justiça de Santa Maria pronunciou os réus e determinou que fossem julgados pelo Tribunal do Júri, ante o acolhimento integral da denúncia que mencionava a existência de dolo eventual na conduta, ou seja, mesmo não querendo, teriam assumido o risco de produzir o resultado lesivo. (MPRS, 2022).

A partir disso, o embate principal do caso veio à tona. Enquanto a acusação sustentava a ocorrência do dolo eventual, as defesas contrariavam informando ser caso de culpa consciente, e portanto, responsabilidade do juiz singular. Em síntese, as partes apresentaram recursos a cada decisão proferida sobre a competência, e em junho de 2019 o Superior Tribunal de Justiça decidiu que os réus deveriam ser julgados pelo Tribunal do Júri, incurso nos crimes de homicídio doloso consumado e tentativa de homicídio, ambos na forma simples já que houve o afastamento das qualificadoras em sede de recurso. (MPRS, 2022).

Antes da menção ao julgamento, não é demais ressaltar a diferença entre os elementos subjetivos abordados no caso, dolo eventual e culpa consciente, dado que em ambos não há vontade de praticar o ilícito mas existe a previsão do resultado, porquanto no primeiro o autor assume o risco de produzi-lo e no segundo confia que o resultado não acontecerá, conforme aborda Greco:

Na culpa consciente, o agente, embora prevendo o resultado, acredita sinceramente na sua não ocorrência; o resultado previsto não é querido ou mesmo assumido pelo agente. Já no dolo eventual, o agente, embora não queira diretamente o resultado, assume o risco de vir a produzi-lo. Na culpa consciente, o agente, sinceramente, acredita que pode evitar o resultado; no dolo eventual, o agente não quer diretamente produzir o

resultado, mas, se este vier a acontecer, pouco importa. (GRECO, 2021, p. 62).

Nesse contexto, no dia 01 de dezembro de 2021 foi iniciado o júri do caso Kiss em Porto Alegre, presidido pelo Juiz Orlando Faccini Neto e considerado o mais longo do estado do Rio Grande do Sul, com duração de dez dias ininterruptos e com mais de 29 depoimentos, entre vítimas, testemunhas e informantes. (TJRS, 2021a). Durante a sessão, o Ministério Público defendeu a tese de existência de homicídios dolosos por meio do dolo eventual e tentou convencer os jurados com o argumento de que a decisão serviria para que episódios como aquele não se repetissem. Para os promotores, estava claro que ninguém queria matar as 242 pessoas, contudo, a indiferença e a ganância sobressaíram ao dever de proteção. O artefato mais barato, a espuma inflamável no teto, a falta de luzes de emergência, a superlotação, a utilização de dispositivo de uso externo, a ordem para que ninguém saísse sem pagar e a falta de socorro às vítimas foram as razões que demonstraram a assunção do risco do resultado lesivo. (TJRS, 2021b).

Todavia, para as defesas, evidente que se tratava de conduta culposa e consequente necessidade de desclassificação do crime imputado. De acordo com os advogados, nenhum dos réus havia assumido o risco de produzir o resultado ou atuado com indiferença, mas ambos confiavam que uma situação como aquela jamais ocorreria, tratando-se de infeliz fatalidade. Ninguém previu as mortes e ficou inerte, bem como, a acusação de dolo eventual ia contra a doutrina jurídica e a aplicação da lei penal não deveria ceder espaço à busca por vingança, sendo que a imputação do dolo configuraria uma forma de punir os réus pelo fato, sem levar em consideração suas verdadeiras condutas. (TJRS, 2021c).

Logo, observa-se que a depender da decisão do conselho de sentença formado por sete jurados, de acordo com o art. 121 do Código Penal (BRASIL, 1940), a pena dos réus poderia variar de seis a vinte anos de reclusão em caso de dolo, e um a três anos de detenção em caso de culpa, sendo que na segunda hipótese o feito deixaria de ser competência do Tribunal do Júri e seria julgado por um juiz singular que poderia condená-los ou não, o que demonstra a dificuldade de distinguir o dolo eventual da culpa consciente na prática, e a diferença do impacto que tal decisão pode acarretar.

Não obstante os argumentos da defesa, os jurados entenderam pela condenação. Na sentença, o magistrado detalhou as teorias sobre o dolo eventual e reafirmou sua similaridade com o dolo direto, não existindo um mais ou menos grave; especificou as circunstâncias judiciais desfavoráveis à ambos, com ênfase na intensa culpabilidade diante das cenas de horror ocorridas na tragédia, além da possibilidade dos réus terem tempo para cultivar a família e amigos, o que não ocorreria com as vítimas que morreram de forma precoce, e ainda, enfatizou que o sofrimento dos familiares também não poderia ser esquecido naquele momento. (TJRS, 2021d).

Ao final, foram fixadas as seguintes penas: Elissandro, condenado em 22 anos e 06 meses de reclusão; Mauro, condenado em 19 anos e 06 meses de reclusão, e Marcelo e Luciano condenados em 18 anos de reclusão, sendo determinada a execução provisória das penas e a expedição dos competentes mandados de prisão, o que não ocorreu em virtude da apresentação de habeas corpus preventivo impetrado pela defesa de Elissandro, que se estendeu aos demais. (TJRS, 2021d).

Mais tarde, ainda no mês de dezembro, o Supremo Tribunal Federal derrubou a liminar concedida e os réus passaram a cumprir a pena até o dia 03 de agosto de 2022, no qual a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu pela anulação do júri. Na decisão, os desembargadores acolheram parte dos recursos das defesas e por 2 votos a 1, determinaram a anulação pela existência de nulidades de caráter formal, isto é, que não dizem respeito ao mérito, mas a questões procedimentais, uma vez que os réus não poderiam ser absolvidos nessa etapa e existiam apenas três possibilidades: nenhuma alteração da sentença, redução das penas fixadas ou anulação por vícios processuais. (G1, 2022).

Ao todo 19 nulidades foram arguidas, contudo, os motivos principais apontados foram: o fato de o juiz ter conversado em particular com os jurados; a escolha deles ser feita por três sorteios quando o rito estabelece um; o silêncio dos réus ser mencionado como argumento da acusação; o uso de maquete 3D juntada pelo Ministério Público sem prazo suficiente para a análise, bem como, o questionamento dos jurados por fatos ausentes no processo. Atualmente, os réus

seguem em liberdade e o feito encontra-se na fase de recursos especial e extraordinário, que buscam o reexame da anulação. (G1, 2022).

Assim sendo, passados mais de 10 anos da data do fato, não existe até o momento uma decisão definitiva acerca da responsabilidade dos envolvidos, a julgar pelo longo processo e as inúmeras possibilidades de recurso do sistema jurídico brasileiro. Por mais que o júri tenha considerado a presença do dolo eventual, há a possibilidade de um novo julgamento se a anulação for mantida, tornando visível o quanto a busca pelo esclarecimento se as condutas foram pautadas por dolo eventual ou culpa consciente estão instauradas no campo da dúvida e não da certeza, de modo que o íntimo dos réus é inacessível e a lei não supre na prática como desvendar se alguém previu e assumiu o risco, ou previu e confiou que nada aconteceria.

4. GRAUS DE CULPA E O PROJETO DE LEI QUE OFERECE UMA SOLUÇÃO AO DEBATE

Seja pela polêmica da presença do dolo eventual ou culpa consciente com base no dispositivo legal, seja pela repercussão internacional do incêndio, ou ainda, pelo inconformismo da falta de resposta aos familiares e sobreviventes, cada decisão proferida no caso Kiss foi capaz de mobilizar muitas pessoas, e com a sentença de 1º grau não foi diferente. Todavia, ao reconhecerem o elemento subjetivo referido, a percepção de alguns sobre a “banalização do dolo eventual” se proliferou.

Nesse ponto de vista, quando ocorre um fato capaz de comover a sociedade a mídia extrapola os limites da informação e participa da formação de opinião considerando única e exclusivamente o sofrimento causado pelo acusado, originando-se um processo de demonização da pessoa no qual a dimensão de sua culpa é ignorada e a cobrança por respostas das autoridades para que o autor não fique impune aumenta. Logo, ao invés de decisões técnicas e imparciais que tentem identificar o dolo eventual ou a culpa consciente, o primeiro é por vezes aplicado

pela repercussão do caso e pelo clamor público, o que seria inadmissível se o autor respondesse apenas por culpa. (NICOLAU JUNIOR, 2014).

A banalização do dolo eventual, isto é, a aplicação de forma banal do instituto à fatos que não condizem com sua disposição legal, se enquadraria no processo da boate Kiss dado que os réus consentiram com as mortes, para a sociedade comovida, mas na realidade o que verdadeiramente seria esclarecido, se existisse uma análise aprofundada com base nas condutas dos acusados sem a influência externa, é a presença da imprudência, negligência e imperícia de ambos, configurando assim, a culpa. (CORREA, 2013 apud ZANOLLA; RICCI, 2016).

Ante o exposto, levando também em consideração aqueles que concordam com a aplicação do dolo eventual como forma de resposta à sociedade para evitar episódios semelhantes, uma possível solução para o problema do reconhecimento entre o dolo eventual e a culpa consciente seria a instituição de graus de culpa capazes de substituir o dolo mencionado, nas quais as penas seriam fixadas de acordo com a gravidade, e a disparidade entre as sanções seria amenizada, conforme versa o projeto de lei nº 6.351/2013 proposto pelo então deputado federal Gonzaga Patriota. (BRASIL, 2013).

Referida proposta foi apresentada em 17 de setembro de 2013 e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, especificamente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, local em que aguarda a designação de novo relator ante o fim da legislatura do anterior. Como justificativa para a redefinição de dolo e culpa o deputado argumentou que nunca se soube como proceder com os crimes culposos, por isso a ficção jurídica do dolo eventual foi criada, mas até os dias atuais a doutrina e a jurisprudência não foram capazes de oferecer um sentido lógico e livre de críticas rigorosas para tal espécie. Com a disposição do Código Penal de 1940, passou-se a aceitar a presunção de culpabilidade e a imputação de delitos sem o esclarecimento, muitas vezes, das reais circunstâncias que o permeiam. Além disso, o Brasil ocupa uma posição constrangedora e indecisa em matéria de imputação, visto que o dolo eventual funciona como um cheque em branco dado ao Estado e não há uma legislação justa e pacífica que trate dessa questão. (BRASIL, 2013).

No projeto, uma das principais sugestões de alteração é o elemento da culpa passar a ser chamado de imprudência e englobar as figuras da negligência e imperícia, além das imputações que até então denominavam-se dolo direto de segundo grau, dolo eventual e culpa consciente serem intituladas de imprudência consciente gravíssima, grave e leve, o que demonstraria que o país assumiu uma postura condizente com a realidade brasileira e afastou a influência de teorias estrangeiras acerca do dolo eventual, dado que o quantum penal se adequaria à gravidade da infração. (BRASIL, 2013).

Considerando que a reforma contemplaria inúmeros crimes, não só dispostos no Código Penal, a título de exemplo o crime de homicídio passaria a ter as seguintes penas: reclusão de 9 anos e seis meses a dezesseis anos em caso de imprudência consciente gravíssima, o que representa 80% da pena atribuída na forma dolosa; reclusão de seis a dez anos para a imprudência consciente grave, respectivamente 50% da pena aplicada no crime doloso, e detenção de um a três anos para a imprudência consciente leve, recaindo a mesma pena atribuída na modalidade culposa. (BRASIL, 2013).

Isto posto, é possível verificar que embora cada indivíduo tenha sua perspectiva sobre a forma com que o Estado deva responsabilizar aqueles que praticam condutas ilícitas, na situação em comento onde o legislador não dispôs de requisitos específicos para a identificação do dolo eventual ou da culpa consciente, alterações legislativas que instituem graus de culpa e penas adequadas à gravidade da conduta seriam passíveis de sanar tanto a questão jurídica quanto o inconformismo social frente à sensação de impunidade, acarretando ainda, como no processo da boate Kiss, um encerramento mais célere, que pudesse ser justo com os réus e também com as vítimas e seus familiares.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como tema principal analisar a imputação do elemento subjetivo do dolo eventual aos quatro réus julgados pelo incêndio na boate Kiss ocorrido no ano de 2013 em Santa Maria, visto que o Ministério Público

entendia que suas condutas demonstravam a assunção do risco, enquanto as defesas sustentavam a existência de culpa consciente, já que nenhum deles imaginava que uma tragédia de tamanha proporção viesse a ocorrer e ficou-se inerte ou indiferente às mortes.

Diante da pesquisa realizada, constata-se a dificuldade de diferenciar na prática casos em que estão presentes o dolo eventual ou a culpa consciente, na medida que a legislação não dispõe de requisitos específicos para a configuração de cada um, e consequentemente, instaura-se a dúvida se o agente previu e foi indiferente, assumindo o risco de produzir o resultado, ou previu e confiou que ele não ocorreria. A respeito do incêndio, a dificuldade torna-se evidente quando, com base no que o ordenamento jurídico apresenta atualmente, tanto a tese de acusação quanto de defesa era passível de acolhimento.

Se levadas em consideração as circunstâncias fáticas do evento, como a utilização de artefato pirotécnico de uso externo e mais barato, a superlotação, a espuma inflamável no teto, a segurança barrando a saída, entre outros, poderia se dizer que os réus assumiram o risco de ocasionar as inúmeras mortes. Contudo, a julgar pela intenção deles que garantem não terem ignorado qualquer sinal de possível perigo e desejado as mortes, ou ainda, importando as condutas que teriam contribuído como imprudência, negligência ou imperícia, a culpa estaria configurada.

Logo, por se tratar de um assunto complexo, não há como responder ao problema suscitado no sentido de analisar se foi correta ou não a imputação do dolo eventual, contudo, considerando que as disposições do Código Penal são insuficientes, a dúvida instaurada em saber quando alguém praticou a conduta com dolo eventual ou culpa consciente poderia ser sanada com a instituição dos graus de culpa como aborda o referido projeto de lei, já que cada um deles apresentaria uma pena de acordo com a conduta praticada.

Desse modo, não sendo possível esgotar o assunto, tem-se a necessidade de pesquisas mais aprofundadas que tratem da temática apresentada, visando uma maior discussão e, como efeito, contribuições que possam inovar o direito penal

brasileiro oferecendo uma punição adequada ao crime praticado e o enfraquecimento do sentimento de impunidade e insegurança.

6. REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Todo dia a mesma noite**: A história não contada da Boate Kiss. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.351**, de 17 de setembro de 2013. Dispõe sobre a definição de dolo e imprudência e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/592043>. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

BUZETTI, Matheus de Almeida; DETREGIO, Rafael Ricci; BRAZ, João Pedro Gindro. Tragédia na Boate Kiss. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, Presidente Prudente, v. 18, 2022. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/9442>. Acesso em: 31 jan. 2023.

CHAGAS, Gustavo. Boate Kiss: tragédia completa 10 anos; relembre incêndio e veja listas de vítimas. **G1**, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/01/27/boate-kiss-tragedia-completa-10-anos-relembre-incendio-e-veja-lista-de-vitimas.ghtml>. Acesso em 02 fev. 2023.

G1. **Caso Kiss: entenda por que o júri foi anulado pela Justiça do RS**. 4 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/08/04/caso-kiss-entenda-por-que-o-juri-foi-anulado-pela-justica-do-rs.ghtml>. Acesso em 15 mar. 2023.

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Barueri: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559770700. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MISSAU, Lucas Durr (ed.). **Polícia Civil apresenta resultados do Inquérito e indiciamentos pela Tragédia da Boate Kiss**. [S. l.], 22 mar. 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2013/03/22/policia-civil-apresenta-resultados-do-inquerito-e-indiciamentos-pela-tragedia-da-boate-kiss>. Acesso em: 28 fev. 2023.

NICOLAU JUNIOR, Fabio Itabaiana de Oliveira. A banalização do dolo eventual. **Revista de Artigos Científicos dos Alunos da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2014. Paginação irregular. Disponível em:

https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2014/trabalhos_22014/FabioItabainadeOliveiraNicolauJunior.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, MPRS. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Tragédia da Boate Kiss**. Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em:

<https://www.mprs.mp.br/hotsite/boatekiss/#!/timeline>. Acesso em: 6 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, PCRS. Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. **Relatório Final do Inquérito Policial nº 94/2013/150501**. Santa Maria, 2013. Disponível em:

<https://www.pc.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20181213/06191353-20130322165718relatorio-kiss-definitivo.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, TJRS. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Caso Boate Kiss: Linha do tempo**. Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/novo/caso-kiss/linha-do-tempo/>. Acesso em 17 fev. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, TJRS. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Kiss**: Nota de reconhecimento da administração. Rio Grande do Sul, 2021a. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/novo/caso-kiss/noticias/?idNoticia=78759>. Acesso em 10 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, TJRS. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Caso Kiss: Ministério Público pede a condenação dos acusados**. Rio Grande do Sul, 2021b. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/novo/caso-kiss/noticias/?idNoticia=78397>. Acesso em 10 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, TJRS. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Caso Kiss: defesas dos réus reiteram pleitos por absolvição ou desclassificação de crime**. Rio Grande do Sul, 2021c. Disponível em:

<https://www.tjrs.jus.br/novo/caso-kiss/noticias/?idNoticia=78538>. Acesso em 12 mar. 2023.

RIO GRANDE DO SUL, TJRS. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Sentença do Caso Kiss. Justiça Pública vs. Elissandro Callegaro Spohr e outros. Juiz-Presidente: Orlando Faccini Neto**, 13 de dezembro de 2021 (sentença). Rio Grande do Sul, 2021d. Disponível em:

https://www.migalhas.com.br/arquivos/2021/12/B2D28CB95C2B9B_sentenca-caso-kiss.pdf. Acesso em: 12 mar. 2023.

SARTOR, Janice de Moura; BOICZUK, Claudia Adriana. **Tragédia Boate Kiss. Salão do Conhecimento UNIJUÍ**, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível

em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7873>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ZANOLLA, Ana Caroline; RICCI, Camila Milazotto. Banalização do dolo eventual: crimes de trânsito e boate Kiss. **4º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais do Centro Universitário FAG**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/593705073f385.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

A ENFERMAGEM E OS CUIDADOS NA DOENÇA HIPERTENSIVA NA GRAVIDEZ

Giseli da silva Toquetto GOMES¹

Glaucia BETTIO¹

Elen Cristiane Doná de OLIVEIRA¹

Keny Gonçalves TIRAPELI¹

Sabrina Ramires SAKAMOTO¹

RESUMO

Conhecida como Doença Hipertensiva Específica da Gravidez (DHEG), é o fator principal para aumentar a pressão, iniciando a partir do momento em que a gestante manifesta determinados problemas ao longo da gestação. Por isso, a realização de um pré-natal é de enorme importância para detectar esta e outras condições, que se não forem detectadas precocemente podem ocasionar consequências graves, levando a futura mãe ou feto ao óbito. O estudo teve como objetivo geral compreender as intervenções de enfermagem para gestantes com DHEG. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, onde os dados foram coletados a partir de pesquisa em bases de dados virtuais. As DHEG ou Síndromes Hipertensivas, ao longo do período gestacional é considerada como sendo uma das principais causas de morte direta de mulheres no país. As complicações advindas dessa condição associam-se com um risco materno aumentado, aumento na morbidade neonatal e fetal, induzindo a prematuridade, baixo peso ao nascer, bem como o sofrimento fetal. Acredita-se que as DHEG variam entre 2 a 8% das gestações em países desenvolvidos, já nos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, este percentual pode chegar em torno de 10% ou mais. Todo o cuidado dos profissionais de enfermagem, torna-se importante para realização do acompanhamento das gestantes ao longo de todo ciclo gravídico

¹ Docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis – FAFIPE/ FUNEPE

puerperal, reduzindo os riscos tanto para mãe quanto ao recém-nascido. Assim, conclui-se que assistência o longo do pré-natal, de forma correta, aliada com a capacitação dos profissionais de enfermagem, permite identificar precocemente a DHEG, o que fará com que medidas preventivas sejam adotadas realizando um tratamento adequado para reduzir as complicações, melhorando a qualidade de vida da mãe e do recém-nascido.

Palavras-chave: Gestação; Hipertensão Arterial; Síndrome Hipertensiva Específica da Gravidez; Cuidados de Enfermagem.

ABSTRACT

Known as Pregnancy-Specific Hypertensive Disease (DHEG), it is the main factor to increase pressure, starting from the moment the pregnant woman manifests certain problems throughout pregnancy. Therefore, the performance of a prenatal care is of enormous importance to detect this and other conditions, which if not detected early can cause serious consequences, leading the future mother or fetus to death. The aim of this study was to understand nursing interventions for pregnant women with DHEG. This was bibliographic research with a qualitative approach, where data were collected from research in virtual databases. The DHEG or Hypertensive Syndromes, throughout the gestational period is one of the main causes of direct death of women in the country. Complications from this condition are associated with increased maternal risk, increased neonatal and fetal morbidity, inducing prematurity, low birth weight, as well as fetal distress. It is believed that DHEG vary between 2 to 8% of pregnancies in developed countries, while in developing countries, as is the case of Brazil, this percentage can reach around 10% or more. All the care of nursing professionals becomes important to carry out the follow-up of pregnant women throughout the puerperal pregnancy cycle, reducing the risks for both mother and newborn. Thus, it is concluded that care throughout the prenatal care, in a correct way, combined with the training of nursing professionals, allows the early identification of DHEG, which will make preventive measures adopted by performing an adequate treatment to reduce complications, improving the quality of life of the mother and newborn.

Keywords: Pregnancy; Hypertension; Pregnancy-Specific Hypertensive Syndrome; Nursing Care.

1. INTRODUÇÃO

Aguiar *et al.*, (2014), considera a gestação como sendo um processo marcado por transformações fisiológicas com o objetivo de promover uma adaptação para a esta condição que é nova para o organismo. Todas as alterações iniciam-se a partir da primeira semana indo até ao fim do período gestacional, quando a partir do pós-parto, inicia-se o processo para retorno a condição pré-gravídica. Para Medeiros *et al.* (2016), uma parcela das gestantes desenvolve complicações neste período, que pode resultarem no surgimento de sequelas seja para mãe, seja para o feto, pois sua gestação foi considerada como sendo de alto risco, o que demandou uma maior atenção e acompanhamento.

Entre as complicações mais comumente observadas no ciclo gravídico, encontra-se as Síndromes Hipertensivas, que é considerada como sendo a maior causa de morte materna em solo brasileiro, sendo a grande responsável por maximizar o número de óbitos na fase perinatal, bem como, aumentar significativamente o número de recém-nascidos com alguma sequela cognitiva ou funcional (OLIVEIRA *et al.*, 2017). Conforme a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), considera-se como “pressão alta”, um dos primordiais fatores de risco para ocorrência de situações de morte subita, infarto agudo do miocárdio (IAM), acidente vascular encefálico (AVE), doença arterial periférica e a doença renal crônica (DAC) (BRASIL, 2015).

Quando refere-se a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), conhecida por grande parte da população como sempre pressão alta, como sendo uma condição patológica responsável por afetarem os vasos sanguíneos, cérebro, coração, olhos e rins, levando a uma paralisação total. Em grande parte dos casos, sua etiologia é genética, entretanto, existem fatores externos que podem desencadear essa condição como consumo exagerado de sal, bebidas alcoólicas, tabagismo, obesidade, sedentarismo, estresse e colesterol. Por mais que a HA seja uma condição

prevalente em adulto, quando a mesma surge em mulheres gestantes, torna-se um problema de saúde pública mundial, devido à elevação nas taxas de óbitos de mulheres que se encontram nessa condição (BRASIL, 2015).

Pode-se considerar gestação de alto risco, na visão de Costa *et al.* (2014), aquela que implica em um risco aumentado, seja ele definido ou até mesmo desfavorável para a saúde tanto da mãe quanto do feto, marcado por complicações ao longo do trabalho de parto, doenças clínicas maternas e alterações fetais, onde merecem destaques o diabetes, infecções, e as doenças hipertensivas. Kerber e Merlene (2017), afirmam que a etiologia da hipertensão gestacional ainda é desconhecida, acometendo entre 10 a 22% das gestantes, sendo caracterizada pela elevação da pressão arterial (PA), manifestando-se ao longo da gravidez.

Conhecida como Doença Hipertensiva Específica da Gravidez (DHEG), sendo o fator principal para aumentar a pressão, iniciando quando a gestante manifesta determinados problemas ao longo da gestação. Por isso, realizar um pré-natal tem enorme importância para detectar esta e outras condições, que se não forem detectadas precocemente podem ocasionar consequências graves, levando a futura mãe ou feto ao óbito (BEZERRA *et al.*, 2015).

O estudo desenvolvido por Brito *et al.* (2015), avaliou as DHEG, afirmando que são as complicações comumente observadas ao longo do pré-natal, ocorrendo entre 12 até 22% de todas as gestações, elevando a morbimortalidade fetal e materna. Existem classificações a respeito da DHEG no período gestacional, ou seja, subdoenças, onde pode-se referir-se a hipertensão crônica, detectável previamente ao período gestacional ou até a 20ª semana, não possuindo nenhuma regressão sobre a pressão arterial. Uma outra condição é a pré-eclâmpsia (PE), ocorrendo por volta da 20ª, e tem como sintomas proteinúria, cefaleias, distúrbios visuais, dores abdominais, onde exames detectam plaquetopenia e/ou aumento nas enzimas hepáticas. Por sua vez, a eclâmpsia, pode ser uma condição que se manifesta a partir da ocorrência de crises convulsivas tônico-clônicas, de forma generalizada e/ou coma, onde grande parte das gestantes tenham apresentado um quadro de HAS na gestação ou até mesmo o surgimento de uma condição que origine a PE (BRASIL, 2015).

Neste sentido, o intuito primordial das medidas protetivas empregadas no período gestacional estão direcionadas para evitar a hipertensão gestacional e que esta venha evoluir para a PE. Todavia, em muitos casos, a qualidade sobre as informações sobre DHEG destinadas para as gestantes ao longo do pré-natal são insuficientes ou fornecidas de forma não compatível para o seu entendimento. Quando uma informação encontra-se comprometida, as medidas profiláticas não são bem estabelecidas, bem com o manejo adequado para o acompanhar as gestantes (BRASIL, 2012).

Neste contexto, os profissionais da área da saúde, em especial, o enfermeiro, torna-se essencial pois, é o responsável por acompanhar as futuras mães desde o processo de descoberta da gravidez, ao longo do período de pré-natal, puerpério e ao longo da alta, e por fim no período pós-alta do hospital. No sentido de promover um acompanhamento integral da gestante, o profissional de enfermagem, deve zelar pela saúde da nova mãe quanto para o futuro recém-nascido (RN), detectando os fatores de risco e assim, sendo capaz de prevenir complicações, por meio da realização do pré-natal, e as outras medidas que são parte fundamental para prevenção e detecção precoce de doenças (BRASIL, 2016).

Por isso, este estudo se justifica devido a necessidade dos profissionais de enfermagem em conhecerem as condições que podem acometerem gestantes, especialmente, a DHEG, um grave problema de saúde pública. Conhecer essas informações, tornam-se essenciais para que se possa reduzir as estatística de morbimortalidade tanto materna quanto fetal. Assim, o estudo teve como objetivo geral compreender as principais intervenções que o profissional de enfermagem pode realizar com gestantes portadoras de DHEG.

2. MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, qualitativo, onde foi realizada uma coleta de dados após pesquisa prévia em bases de dados, especialmente a *National Library of Medicine Nacional Institutes of Health* (PubMed) via Medline, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Literatura

Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), e Base de Dados em Enfermagem (BDENF), entre os meses de Fevereiro a Março de 2023. Utilizou-se como os descritores após pesquisa prévia nos Descritores em Ciência da Saúde (DECs), as seguintes palavras: "Cuidados de Enfermagem", "Gestação", "Intervenção de Enfermagem" e "Hipertensão Arterial". Para aquisição dos artigos, foi utilizada uma busca cruzada dos descritores, por meio do operador booleano “AND”. Foram utilizados como critérios de inclusão estudos entre 2012 a 2022, artigos científicos disponíveis nas bases de dados, serem em formato online, estarem disponíveis na íntegra, de forma gratuita, no idioma em português, e abordando a temática pesquisa. Os critérios de exclusão foram estudos em língua inglesa, textos incompletos, textos pagos e fora do período estipulado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compor os resultados do presente artigo, foram aplicados os descritores nas bases de dados onde foram previamente selecionados 95 artigos, onde foram excluídos 85 artigos, sendo selecionados 10 artigos. Para que se tenham uma melhor entendimento dos dados coletados, as informações sobre autor/ano, objetivo, metodologia empregada e principais resultados, foram disposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Descrição dos artigos selecionados

Autores/ Ano/	Título	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
Santana <i>et al.</i> , (2019)	Importância do conhecimento sobre sinais e sintomas da pré-eclâmpsia para implementação dos cuidados de Enfermagem	Averiguar a importância do conhecimento a respeito dos sinais e sintomas da pré-eclâmpsia para implementarem os cuidados de enfermagem	Estudo Descritivo Qualitativo	O conhecimento sobre as condutas dos profissionais de enfermagem que foram implementadas ao tratamento das gestantes com HA, torna-se essencial para garantir a qualidade ao longo do atendimento

				que é ofertado para essa população.
Pereira <i>et al.</i> , (2018)	Percepções de gestantes ribeirinhas sobre a assistência pré-natal	Identificar a importância do pré-natal de gestantes em uma comunidade ribeirinha, conhecendo suas expectativas, discutindo aspectos para melhorar a qualidade assistencial para as gestantes.	Estudo Qualitativo e Descritivo	Pode-se evidenciar a importância no pré-natal, garantindo a saúde para a mãe e o bebê. O pré-natal é uma fonte de aprendizado, responsável por detectar e prevenir diversas condições.
Silva e Cisner (2017)	Mortalidade materna por doença hipertensiva específica da gestação—dheg	Averiguar a prevalência de óbitos maternos em decorrência de DHEG na cidade de Maringá	Estudo Quantitativo e Descritivo	Pode-se ressaltar a importância do pré-natal, devido ao seu cunho preventivo, identificando, tratando ou controlando doenças, prevenindo agravos ao longo da gestação e do parto, assegurando para a mãe e o feto uma boa saúde.
Oliveira <i>et al.</i> , (2017)	Assistência de enfermeiros na síndrome hipertensiva gestacional em hospital de baixo risco obstétrico	Avaliar o processo de assistência de enfermagem para gestantes com síndrome hipertensiva, em um hospital com baixo risco obstétrico	Estudo de campo, descritivo, exploratório, de abordagem qualitativa.	Os autores constataram que o enfermeiro exerce uma atuação essencial para prevenir e manter a vida mediante a constatação de síndrome hipertensiva gestacional.
Kerber e Merlene (2017)	Prevalência de síndromes hipertensivas gestacionais em usuárias de um hospital no sul do Brasil	Estimar a prevalência de síndromes hipertensivas gestacionais, descrevendo os fatores de risco tanto fetal quanto materno.	Estudo transversal e retrospectivo	Os autores constataram a importância da realização de um pré-natal de qualidade para prevenir o surgimento de síndromes hipertensivas gestacionais.
Cruz <i>et al.</i> , (2016)	Morbidade materna pela doença hipertensiva específica da gestação:	Identificar o perfil de mulheres com DHEG atendidas em um hospital	Estudo descritivo e retrospectivo	Os autores consideram a DHGE como sendo uma das principais causas de morte materna, e conhecer sobre o perfil dessa

	estudo descritivo com abordagem quantitativa			população permite que o profissional de enfermagem possa auxiliar na redução das taxas de mortalidade.
Oliveira <i>et al.</i> , (2016)	Fatores Maternos e Resultados Perinatais Adversos em Portadoras de Pré-eclâmpsia em Maceió, Alagoas	Avaliar fatores maternos e perinatais adversos em um coorte de gestantes com pré-eclâmpsia na rede pública de Maceió	Estudo de coorte prospectivo	O histórico pessoal bem como a cor da pele negra, possuíram uma maior associação para ocorrência de pré-eclâmpsia. Em relação aos neonatos houve desvio de peso ao nascer e necessidade de parto cesariano.
Ferreira <i>et al.</i> , (2016)	Assistência de enfermagem a mulheres com pré-eclâmpsia e/ou eclâmpsia: revisão integrativa	Avaliar as evidências disponíveis sobre o processo de assistência em enfermagem para gestantes em pré-eclâmpsia e/ou eclâmpsia.	Revisão integrativa de literatura	Observou-se que mulheres em condição de pré-eclâmpsia e/ou eclâmpsia merecem cuidados de enfermagem específicos, baseados em protocolos com evidências científicas.
Dias (2016)	Perfil Epidemiológico das Mulheres com Síndromes Hipertensivas na Gestação e sua Repercussão na Prematuridade e Neonatal em uma Maternidade Pública de Belém/PA	Averiguar o perfil de puérperas com DHEG, em 2013, atendidas em uma Santa Casa do Pará.	Estudo quantitativo de caráter transversal e retrospectivo.	Evidenciou-se recém-nascidos com baixo peso, partos prematuros que necessitaram de suporte ventilatório e UTI.
Zanatelli <i>et al.</i> , (2016)	Síndromes Hipertensivas na Gestação: Estratégias Para a Redução da Mortalidade Materna	Averiguar as estratégias elaboradas para reduzir a mortalidade de mães com DHEG por meio da literatura	Pesquisa de revisão de literatura	Segundo os autores as DHEG merecem destaque, com um atendimento especializado, com profissionais que venham ser capacitados ao longo do pré-natal.

Conforme Pereira *et al.*, (2018), toda atenção destinada para os pré-natais com alto risco (PNAR), é preconizado pelo atendimento a gestante por uma equipe que venha a ser multiprofissional, o que inclui neste rol, os profissionais de

enfermagem. Entre as ações do profissional enfermagem merecem destaque a consulta em enfermagem, sendo que permite ao profissional possuir a capacidade em identificar os reais e/ou potenciais problemas da futura mãe e, posteriormente, ter a uma noção de como elaborar as ações de cuidados consideradas necessárias para manutenção do quadro de saúde.

Conhecer todo o significado que o pré-natal pode possuir ao longo da vida dessas gestantes, levando em consideração as suas particularidades, torna-se um instrumento capaz de ofertar ensinamentos aos profissionais da área da saúde, em especial, os enfermeiros, para que possam auxiliarem em lacunas existentes no processo, o que irá assim, garantir uma assistência de qualidade, com ações efetivas no pré-natal (PEREIRA, 2018).

Para Silva e Cisner (2017), ter um pré-natal com qualidade é de extrema relevância devido a ser uma assistência preventiva, que tem por objetivo promover uma identificação, tratamento e/ou controlar condições patológicas, além de ser capaz de prevenir complicações gestacionais e do parto, assegurando que a mãe venha ter uma boa saúde, assim como, o desenvolvimento normal do feto, reduzindo as taxas de morbimortalidade tanto maternas quanto fetais.

Conforme o estudo de Cruz *et al.*, (2016), as DHEG, ao longo do período gestacional é considerada como sendo a principal causa de óbito direta de mulheres no país. As complicações advindas dessa condição associam-se com um risco materno aumentado, aumento na morbidade neonatal e fetal, induzindo a prematuridade, baixo peso ao nascimento, bem como o sofrimento fetal. Segundo dados colhidos pelo autor do presente trabalho, as DHEG, é uma condição que pode variar de 2 a 8%, em países desenvolvidos, já nos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, este percentual pode chegar em aproximadamente 10% ou mais.

No seu estudo Santana *et al.*, (2019), afirmam que a PE é uma condição de enorme relevância científica, pois, pode inferir ao longo do processo materno, o que acaba por romper toda a naturalidade gestacional, repercutindo de forma negativa ao longo do binômio “mãe-filho”. Por isso, compete ao profissional ser dotado de conhecimento sobre as condutas que podem vir a serem implementadas para o seu tratamento, torna-se essencial para que venha-se garantir um atendimento com

qualidade para a gestante. Corrobora Oliveira *et al.*, (2016), afirmando que mulheres com PE, possuem um risco elevado para recidiva da condição em futuras gestações, além de apresentarem histórico familiar, sugerindo que essa condição pode ser pautada em fatores genéticas.

Afirma Dias *et al.*, (2016), que atuação do profissional de enfermagem em obstetrícia, deve ser desenvolvido ao longo do pré-natal, no parto, seguindo até o pós-parto, no auxílio para as gestantes consideradas como sendo de alto risco, que foram levadas para Unidade de Terapia Intensiva (UTI) materna. O profissional deve estar preparado para identificar problemas em potencial, manejado de forma adequada os diagnósticos, facilitando todo o planejar e assim, implementar os cuidados em saúde.

Toda a assistência em enfermagem, deve abranger essencialmente, um exame físico que seja criterioso, pautado em uma identificação precoce dos sinais e sintomas relativos com a PE/eclâmpsia, realizar um acompanhamento dos exames laboratoriais, promover uma avaliação fetal, realizar treinamento profissional para estar preparado para identificar e agir nessas situações específicas, por isso salienta-se a necessidade de educação contínua, por parte dos profissionais de enfermagem (FERREIRA *et al.*, 2016).

Para Oliveira *et al.*, (2017), o processo de assistência em enfermagem para gestantes diagnosticadas ou com suspeita de DHEG, tornam-se essenciais para prevenir e manter a vida tanto da mulher quanto do feto, visto que os enfermeiros possuem diferenciais, dos quais, destaque para a autonomia e o senso crítico, assim como conhecimento técnico-científico, trazendo um trabalho resolutivo para a equipe multiprofissional.

Kerber e Merlene (2017), afirmam que essas condições, são consideradas como sendo as complicações de maior relevância ao longo do processo de gravidez e do puerpério. Corrobora Zanatelli *et al.*, (2016), afirmam que as síndromes hipertensivas no Brasil, são a primeira causa para óbito materno-infantil, sendo a terceira em escala mundial. Além disso, essas condições podem ocasionar diversas complicações tais como encefalopatias hipertensivas, comprometerem a função renal, ocasionar falência a nível cardíaco, hemorragia retiniana, além de estarem

associadas com episódios de PE e coagulopatias, bem como ocasionarem riscos intrauterino ao feto, que está exposto a restrições no crescimento intrauterino, ocasionar o descolamento prematuro de placenta (DPP), baixo peso ao nascer, sofrimento fetal, prematuridade e em alguns casos morte intrauterina.

Kerber e Merlene (2017), mencionaram que as complicações ocasionadas por essas condições devem ser consideradas como sendo uma das complicações de maiores relevância para o período de gravidez e o puerpério. Sabe-se que a alteração na pressão arterial é para aqueles valores igual ou superior aos 140/90 mmHg, sendo classificada como sendo hipertensão gestacional, que pode estar associada com ocorrência de PE, eclâmpsia, hipertensão crônica e PE que está sobreposta a hipertensão.

Assim, as gestações que possuem alto risco, em especial, quando advém da DHEG devem receber um maior destaque, onde os profissionais de enfermagem necessitam prestarem um atendimento especializado, com profissionais cada vez mais capacitados para que possam fornecer um acompanhamento de forma digna. Devido a serem consideradas como sendo a causa principal de morte materna, bem como causar riscos para o RN, é necessário que os profissionais adotem comportamentos preventivos ao nível do pré-natal, especialmente, para aquelas gestantes que foram identificadas dentro do grupo de risco, onde o profissional, venha a fornecer para ela, todas as condições necessárias com o intuito de garantir que essas mulheres possam vir a ter um processo gestacional em condições normais (ZANATELLI *et al.*, 2016).

4. CONCLUSÃO

As implicações da DHEG é uma condição que denota enorme risco para saúde materno-infantil, onde esse comprometimento sistêmico interfere na qualidade de vida dos mesmos, além da ausência da adesão dos profissionais de saúde nos protocolos baseados em evidências corroborarem para o agravamento das morbidades. Observa-se por meio da literatura, que existe a necessidade de um pré-natal efetivo, com rotinas preconizadas a partir dos documentos elaborados

pelo Ministério da Saúde, fazendo a aferição da pressão arterial em cada consulta, aferição da altura uterina, bem como o valor glicêmico, para que se possa evitar maiores complicações.

Todo o cuidado dos profissionais de enfermagem, torna-se importante para realização do acompanhamento das gestantes ao longo de todo ciclo gravídico puerperal, reduzindo os riscos tanto para mãe quanto ao recém-nascido. Assim, conclui-se que assistência ao longo do pré-natal de forma correta, aliada com a capacitação dos profissionais de enfermagem, permite identificar precocemente a DHEG, o que fará com que medidas preventivas sejam adotadas realizando um tratamento adequado para reduzir as complicações, melhorando a qualidade de vida da mãe e do recém-nascido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. R. S., et al. Análise de estudos sobre as condutas de enfermagem no cuidado a gestante com doença hipertensiva. **Revista Interdisciplinar**, v.7, n.1, p.204-15, 2014.

BEZERRA, E. H., et al. Mortalidade materna por hipertensão: índice e análise de suas características em uma maternidade-escola. **Rev Bras Ginecol Obstet.**, v.27, n.9, p.548-553, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual técnico da gestação de alto risco**. 5 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamentos de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: Manual técnico**. 5 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRITO, K. K. G., et al. Prevalência das síndromes hipertensivas específicas da gestação (SHEG). **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, v.7, n.3, p.2717-2725-, 2015.

COSTA, A. L. R. R., et al. Fatores de risco materno associados à necessidade de unidade de terapia intensiva neonatal. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.36, n.1, p.29-34, 2014.

CRUZ, A. F. N., et al. Morbidade materna pela doença hipertensiva específica da gestação: estudo descritivo com abordagem quantitativa. **J. res.: fundam. care. online**, v.8, n.2, p.4290-4299, 2016.

DIAS, R. M. M. Perfil epidemiológico das mulheres com síndromes hipertensivas na gestação e sua repercussão na prematuridade neonatal em uma maternidade pública de Belém/PA. **Enfermagem Brasil**, v.15, n.1, p.5-11, 2016.

FERREIRA, M. B. G., et al. Assistência de enfermagem a mulheres com pré-eclâmpsia e/ou eclâmpsia: revisão integrativa. **Rev Esc Enferm USP**, v.50, n.2, p.324-334m 2016.

KERBER, G. G.; MERLENE, C. Prevalência de síndromes hipertensivas gestacionais em usuárias de um hospital no sul do Brasil. **Rev. Cuidarte**, v.8, n.3, p.1899-906, 2017.

MEDEIROS, A. L., et al. Avaliando diagnósticos e intervenções de enfermagem no trabalho de parto e na gestação de risco. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v.37, n.3, p.21-9, 2016.

OLIVEIRA, A. C. M., et al. Fatores Maternos e Resultados Perinatais Adversos em Portadoras de Pré-eclâmpsia em Maceió, Alagoas. **Arq. Bras. Cardiol.**, v.106, n.2, p.113-120, 2016.

OLIVEIRA, G. S., et al. Assistência de enfermeiros na síndrome hipertensiva gestacional em hospital de baixo risco obstétrico., **Rev. Cuid.**, v.8, n.2, p.1561-72, 2017.

PEREIRA, A. A., et al. Percepções de gestantes ribeirinhas sobre a assistência pré-natal. **Revista Cogitare Enfermagem**, v.23, n.4, p.e54422, 2018.

SANTANA, R. S., et al. Importância do conhecimento sobre sinais e sintomas da pré-eclâmpsia para implementação dos cuidados de Enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.11, n.15, p.1-6, 2019.

SILVA, G. B. C.; CISMER, E. D. P. Mortalidade materna por doença hipertensiva específica da gestação - DHEG, Maringá-PR, 2010-2014. **Revista Uningá**, v.30, n.2, 2017.

ZANATELLI, C., et al. Síndromes Hipertensivas na Gestação: Estratégias Para a Redução da Mortalidade Materna. **Rev. Sau. Int.**, v.9, n. 17. 2016.